

INSTITUTO SUPERIOR DAS CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS

LICENCIATURA EM CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO

RAMO: ADMINISTRAÇÃO E CONTROLO FINANCEIRO

A ATITUDE DO CONTABILISTA PERANTE DILEMAS ÉTICOS

Joana Lima Duarte Lopes

Mindelo – Junho de 2010

INSTITUTO SUPERIOR DAS CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS

LICENCIATURA EM CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO

RAMO: ADMINISTRAÇÃO E CONTROLO FINANCEIRO

A ATITUDE DO CONTABILISTA PERANTE DILEMAS ÉTICOS

Joana Lima Duarte Lopes

ORIENTADOR: Dr.^a Maria Fernanda Vieira

Mindelo – Junho de 2010

*“Dar o exemplo não é a melhor
maneira de influenciar os outros.
É a única”*

Albert Schweitzer

DEDICATÓRIA

Ao meu cunhado, Manuel de Jesus
Tavares (Ducha), *in memoriam*, que
sempre acreditou em mim.

Eterna saudade

AGRADECIMENTOS

A iniciativa de conceber um projecto pode partir de uma única pessoa, porém, a sua execução exige, geralmente, vários intervenientes. Um trabalho de investigação não foge à regra. O percurso para conseguir atingir os objectivos propostos é longo, os obstáculos difíceis de transpor, e vencê-los obriga à comunhão de esforços vários. Para a realização deste trabalho de investigação tornou-se indispensável a intervenção, directa ou indirecta, de muita gente: professores, colegas, amigos e anónimos. A todos estou sinceramente reconhecido pela disponibilidade e colaboração.

De forma especial, manifesto a minha eterna gratidão à Dra Fernanda Vieira (minha orientadora), não só pela confiança depositada em mim como também a disponibilidade manifestada.

Ao ISCEE e o ISCAL pelo esforço de trazer o Complemento da Licenciatura para Mindelo.

À minha família(pais,irmãos,sobrinhos) sempre presente nas horas de maior angústia.

Ao Heguel(meu amor) por tudo.

Aos Professores, Dr. Carlos Rodrigues, Dr.Adelino Fonseca, Dr.Graciano,Mestre Elisa, pelo apoio.

À Dra Lia Medina, pela disponibilidade.

Aos meus amigos Kaplan e Adelaide, pelo apoio.

Aos respondentes da minha pesquisa pela dedicação de seu tempo.

Aos meus alunos da Escola Secundária Jorge Barbosa.

Aos meus colegas da turma do 9º semestre.

À todos:

Minha Eterna Gratidão

RESUMO

Casos de fraudes têm ocorrido, frequentemente no mercado mundial. Diversos são os profissionais envolvidos nesses casos, inclusive os da contabilidade. Os escândalos contabilísticos, especialmente os mais famosos, como os incidido nas empresas Enron e Wordcom, acenderam para uma maior preocupação em relação a conduta ética dos profissionais da contabilidade. Como consequência há uma maior exigência quanto a transparência e a fidedignidade das informações prestadas por estes profissionais. Esta preocupação visa, sobretudo, manter a confiança das empresas, investidores, fornecedores e sociedade em geral, de entre outras, na responsabilidade ética do contabilista, denegrida pelo envolvimento nas fraudes detectadas. Desta forma, o presente estudo teve como objectivo verificar a conduta ética dos contabilistas, quando, no exercício da sua profissão, depararem com questões relacionadas a fraudes. Nesse sentido considerou-se factores que podem vir a influenciar o processo decisório ético de um indivíduo, demonstrados através do modelo de tomada de decisão, desenvolvido por Alves, quanto a motivar um indivíduo a cometer uma fraude, evidenciada através do modelo desenvolvido por Cressey. Tentando responder a questão norteadora desta pesquisa, executou-se a análise descritiva e estatística dos dados. Em relação a análise descritiva, foram elaboradas tabelas de frequência. Para a análise estatística dos dados foi utilizado o teste não paramétrico de Spearman. Os resultados demonstraram que a maioria dos contabilistas, da amostra pesquisada, reconhece a questão moral inserida nos cenários, e discordam dos actos dos agentes de cada cenário, e, ainda os classificam como graves ou muito graves. A pesquisa revelou maior aproximação desses profissionais a corrente teleológica, uma vez que a intenção de agir é mais influenciada por alguns factores como a oportunidade, a racionalização e principalmente a pressão. Alguns factores individuais apresentam influências sob o posicionamento ético dos contabilistas entrevistados nesta pesquisa.

Palavras-chave: Ética, Contabilidade, Modelo de tomada de decisão, Fraude, Modelo de Cressey.

ABSTRACT

Cases of fraud have occurred, in the word market. Several are involved in these cases, including the accounting class. The accounting scandals, especially the most famous, such as focusing on companies and Enron Word Com, kindled to greater concern about the ethical conduct of professional accounting. As a result there is a greater demand on the transparency and reliability of information provide by these professionals This concern is aimed, primarily, to maintain the confidence of businesses, investor, suppliers and society, among others, the ethical responsibility of the meter, denigrated, by involvement in the fraud detected. Thus, this study aimed to verify the ethical conduct of accounts in when, in the exercise of their professional activities, is confronted with issues related to fraud. This is considered some factors that can both come to influence the ethical decision making of an individual, demonstrated by the model of decision making, developed by Alves, as a motivated individual to commit a fraudulent act, developed by Cressey. Seeking to answer question, guiding this study, performed to exploratory and confirmatory analysis of data. For exploratory data analysis were made table of frequencies. For confirmatory analysis of data, were used non parametric tests of Spearman. The results showed that the majority of accountings professionals, the sample, recognizing the moral issue included in the scenarios, disagrees the acts of agents of each scenario, and also classifies such acts as serious and very serious. However, we found that these accounting professionals tend to have a position more toward the teleological theory, since the intention to act is influenced by factors as opportunity, rationalization and particularly the pressure. Some individual factors also had influence on the ethical position of the professional interviewed is this research.

Keywords: Ethics, Fraud, Model of Decision Making, Model of Cressey.

Índice

DEDICATÓRIA	II
AGRADECIMENTOS.....	III
RESUMO	IV
ABSTRACT	V
Lista de Figuras.....	VIII
Introdução.....	1
Justificação	2
Objectivo do Estudo.....	2
Pergunta de pesquisa:	2
Objectivos específicos.....	3
1. Enquadramento teórico	5
1.1. Evolução do conceito de ética	5
1.1.1. A Ética na Civilização Grega	5
1.1.2. A Ética na Idade Média.....	6
1.1.3. A Ética na idade Contemporânea	6
1.1.4. Conceitos de ética na actualidade	7
1.2. Distinção entre ética moral e deontologia	8
1.3. Ética profissional	9
1.3.1. A ética profissional em contabilidade.....	10
1.4. Ética Empresarial.....	11
1.4.2. Códigos deontológicos ou de conduta.....	13
1.4.3. Códigos de ética profissional do contabilista	15
1.5. A tomada de decisão no campo da ética	18
1.5.1. Factores moderadores do processo de tomada de decisão	18

1.5.2. Modelos teóricos de tomada de decisão ética	20
1.6. Desvio ético – Fraude	26
1.6.1. A Fraude e a Contabilidade	26
1.6.2. Factores que originam a ocorrência de fraudes	28
1.7.3. Punições evidenciados na legislação contra alguns tipos de fraudes	31
2. METODOLOGIA	33
2.1. Hipóteses de pesquisa	33
2.2. Tipo e método de pesquisa	33
2.3. Recolha dos dados	34
2.4. Tratamento dos dados	36
3. Descrição e Análise dos Resultados	37
3.1. Análise Descritiva dos Dados.....	37
3.2. Análise estatística dos dados	41
4. Conclusão e recomendações.....	46
4.1. Conclusão	46
4.2. Recomendações	48
Referências Bibliográficas	50
ANEXOS.....	52

Lista de Figuras

Figura 1 - Tomada de decisão em contabilidade - Modelo de Alves	24
Figura 2 - Modelo de Cressey	29

Introdução

Nos últimos anos, têm sido anunciadas ocorrências de fraudes no mercado mundial. Estes casos abalaram os mercados financeiros, ocasionando grandes prejuízos.

A actuação dos diversos profissionais em escândalos envolvendo fraudes provocou uma maior reflexão sobre os papéis destes nos sectores da sociedade. De entre as várias classes de profissionais destacam-se os Contabilistas.

Nos meios de comunicação social de todo o mundo foram noticiados escândalos envolvendo profissionais de contabilidade, sendo os mais divulgados, os ocorridos nas empresas Enron, Parmalat, Ahold, Tyco International, Word.com, Xerox e mais recentemente a Bernard L. Madoff Investment Securities.

De mencionar que em Cabo Verde a maior fraude noticiada foi em 2003, envolvendo a empresa Shell.

Estes escândalos despertaram o interesse para a verificação da conduta ética dos profissionais de contabilidade. Tem-se verificado uma crescente preocupação com a conduta dos contabilistas, pois, o objectivo da contabilidade é a elaboração de informações úteis que visam, fundamentalmente, capacitar os seus usuários na escolha das melhores decisões.

Baptista da Costa (2001, p.35-39) ressalta que:

Em todos os actos da nossa vida mesmo nos mais elementares precisamos de informação, a qual, constituindo um dos principais vectores da sociedade actual, se torna um instrumento vital para a tomada de grande número de decisões. Todo e qualquer tipo de informação devem ser credíveis para que os utentes a quem a mesma se destina dela possam tirar conclusões idóneas.

De entre os utentes das informações financeiras destacam-se os investidores, os trabalhadores, os financiadores, os fornecedores, os clientes, o Governo e o público em geral.

Desta forma a classe dos contabilistas deve estar ciente dos efeitos que pode causar a conduta antiética no mundo dos negócios.

A ética é indispensável ao profissional, porque na acção humana “o fazer” e “o agir” estão interligados. O fazer diz respeito à competência, à eficiência que todo profissional deve possuir para exercer bem a sua profissão. O agir refere-se à conduta do profissional, ao conjunto de atitudes que deve assumir no desempenho de sua profissão, ou seja, ético é todo profissional que tem como meta sentir-se íntegro e pleno da alegria de viver, convicto de que todos os demais podem-se sentir assim também. O profissional ético cultiva também o pensamento cooperativo e tem um profundo e inabalável respeito pelos acordos firmados.

Hoje, mais do que nunca, a atitude dos profissionais em relação às questões éticas pode ser a diferença entre o seu sucesso e o seu fracasso. Basta um deslize, um descuido, para a imagem do profissional ganhar, no mercado, “a mancha vermelha da desconfiança”.

Justificação

A escolha do tema para este trabalho de investigação explica-se, de entre outros, pelos seguintes motivos: a) Interesse que reveste o tema “ética” na aldeia globalizada; b) Aumento de debates relacionado com a conduta ética dos contabilistas, como consequência das diversas fraudes envolvendo estes profissionais; c) Carência de elementos de pesquisa para aqueles que estão envolvidos a propagar a importância da ética na contabilidade.

Objectivo do Estudo

Pergunta de pesquisa:

Como o profissional de contabilidade se posiciona, sob o ponto de vista ético, perante dilemas morais, envolvendo fraudes na sua actividade profissional?

Objectivo Geral

O objectivo geral deste trabalho consiste em verificar a conduta ética dos contabilistas quando, no exercício da sua actividade profissional, se depararem com questões relacionadas a fraudes considerando alguns factores que podem vir a influenciar o processo decisório ético de um indivíduo.

Objectivos específicos

- Avaliar a influência dos factores individuais no posicionamento ético dos profissionais da contabilidade em relação as fraudes.
- Avaliar a influência dos vértices do “triângulo da fraude” no posicionamento ético dos profissionais da contabilidade.
- Avaliar a influência da punição no posicionamento ético dos profissionais da contabilidade em relação as fraudes.

Delimitação do estudo

Esta pesquisa foi delimitada pelos seguintes aspectos:

- O objecto da pesquisa submete – se a um segmento específico de uma área profissional existente em Cabo Verde: Contabilistas Certificados residentes em S.Vicente.
- O campo de estudo restringe-se ao posicionamento, sob o ponto de vista ético, do contabilista em relação a algumas fraudes cuja ocorrência no exercício da sua profissão, é possível.
- As hipóteses da pesquisa foram operadas em três cenários, elaboradas na pesquisa que contemplam dilemas éticos relacionados a algumas fraudes.

Organização do estudo

A presente pesquisa foi organizada em quatro capítulos com o propósito de evidenciar alguns assuntos.

No primeiro capítulo, denominado enquadramento teórico, apresentou – se uma revisão da literatura, contendo pesquisas e aspectos sobre Ética, Tomada de decisão e Fraude. Foram apresentados estudos de autores de renome que contribuíram para o conhecimento e enriquecimento deste tema no mundo académico.

No segundo capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos aplicados para o desenvolvimento da pesquisa empírica.

O terceiro capítulo é reservado para a descrição e análise dos resultados.

No capítulo quatro estão apresentadas a conclusão do presente estudo e as sugestões para pesquisas futuras.

1. Enquadramento teórico

Neste tópico é apresentada a revisão da literatura, contendo itens importantes relacionados ao tema em questão. O propósito deste capítulo é sintetizar conteúdos escritos sobre o assunto pesquisado e abordar os principais conceitos envolvendo Ética, Modelos de tomada de decisão e Fraude.

1.1. Evolução do conceito de ética¹

A Ética tem servido, ao longo dos tempos, como uma espécie de semáforo que regula o desenvolvimento histórico e cultural da Humanidade, num cruzamento onde desembocam a Moral, a Filosofia, a Religião e a Sociedade.

Etimologicamente, a Ética provem da palavra grega *ethos*, que significa costume. A Ética estuda a moral, o dever fazer, a qualificação do bem e do mal, a melhor forma de agir colectivamente. Avalia os costumes e diz quais as acções são moralmente válidas, tendendo a estabelecer os princípios de valorização e condução da vida.

A evolução do conceito de Ética tem sido determinada pela mudança de hábitos, costumes sociais e padrões morais que determinam a conduta dos indivíduos perante a sociedade onde se inserem, ao longo das várias épocas históricas.

1.1.1. A Ética na Civilização Grega

Na Civilização Grega, a Ética apresentava uma relação muito próxima com a política, tendo como bases a cidadania e a forma de organização social. Atenas era o ponto de encontro da cultura grega onde nasceu uma democracia com assembleias populares e tribunais e as teorias éticas incidiam sobre a relação entre o cidadão e a polis, em que o comportamento do indivíduo era fundamental para se alcançar o bem-estar colectivo. Apesar das diferenças das várias correntes filosóficas, pode dizer-se que todas têm um ponto comum: o homem deverá pôr os seus conhecimentos ao serviço da sociedade, de

¹ Revista Dirigir

modo a que cada um dos seus membros possa ser feliz. A Ética na civilização grega era apenas normativa, limitando-se a classificar os actos do homem como correctos ou incorrectos e adequados ou inadequados a uma determinada situação. Com as conquistas de Alexandre Magno, Atenas perde a domínio político, dando lugar a um vasto império constituído por uma diversidade de povos, línguas e culturas, que se misturam e fundem numa panóplia multifacetada, onde as questões políticas perdem proeminência porque os indivíduos deixam de estar ligados à cidade Estado. A Ética passa a reger-se por teorias mais individualistas que analisam de diversas formas o modo mais agradável de viver a vida. Já não se concilia o homem com a cidade, mas sim com o Cosmos. Em todas estava subjacente a procura da felicidade como o bem supremo a atingir, embora cada um dos seus seguidores optasse por vias diferentes para lá chegar.

1.1.2. A Ética na Idade Média

O conceito de Ética, na Idade Média afasta-se da natureza, indo ao encontro da moral cristã. A Ética e a Moral unem-se numa simbiose que a Igreja considerava perfeita, uma vez que Deus é identificado como o Bem, a Justiça e Verdade, o modelo que todos deveriam seguir, para atingir a felicidade. No final do século XIV, com o início do Renascimento, assiste-se a um regresso ao humanismo da Antiguidade. Nesta época, verifica-se um crescimento monetário, o que leva, ao desenvolvimento de um novo estrato social, a burguesia, regulando-se esta por novos valores éticos. Esta época coincide, com o apogeu dos Descobrimentos, permitindo assim a descoberta de novos povos, culturas e religiões, o que leva ao surgimento de novas teorias éticas que se afastam do Cristianismo, gerando assim alguns conflitos. Começavam assim a ser quebrados os pilares de uma Ética normativa, assente em valores da Antiguidade.

1.1.3. A Ética na idade Contemporânea

Na Idade Contemporânea, surgem alguns ramos distintos aplicados aos diferentes campos do saber e das actividades do ser humano. Surge a noção de “Ética Aplicada”,

que estabelece regras para áreas específicas, analisando os comportamentos adequados a seguir em situações concretas. Os alicerces da Moral são postos em causa, a Ciência e a Economia, vêm assim substituir a Religião. Começa a falar-se de uma “Ética Utilitarista”, que defende que tudo o que contribua para o progresso social é bom, e de uma “Ética Revolucionária”, que incita os trabalhadores a mobilizarem-se na reconstrução de uma sociedade em ruptura. No final do século XX, fala-se de uma multiplicidade de Éticas, continuando no entanto a existir uma ética normativa de raiz moral. O rápido desenvolvimento das tecnologias vem pôr os baixos valores adquiridos ao longo do tempo, contribuindo assim para as desigualdades a nível mundial. A Economia sugere um modelo que serve de guia para o desenvolvimento, em que os modos de produção, dinheiro, mercado, lucro ou comércio prevalecem sobre os valores da Ética.

1.1.4. Conceitos de ética na actualidade

No dicionário de Aurélio (citado por Lopes de Sá, 2001) ética é “o estudo dos juízos de apreciação que se referem à conduta humana susceptível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, quer seja relativamente a determinada sociedade, quer seja de modo absoluto.” Assim, na visão ética não existe uma definição absoluta do bem e do mal; esses termos podem apresentar conceitos diferentes quando analisa a cultura, crenças, ideologias e tradições de uma sociedade.

Para Leite, (2005) “Ética...é a teoria ou ciência do comportamento moral dos homens em sociedade, ou seja, é a ciência de uma forma específica do comportamento humano.” Neste contexto a autora conceitua a ética como uma ciência uma vez que ela possui objecto de estudo e leis próprias e o seu objecto de estudo é a moral. Portanto, a ética é o ramo da filosofia que tem como objecto a moral, um dos aspectos do comportamento humano.

A ética é também definida como um conjunto de normas adquiridas pelo hábito reiterado de sua prática. O complexo de normas se alicerça em valores, normalmente, designados valores do bem. Neste âmbito, Mercier (1999) define a ética como um con-

junto de regras que dirige a conduta dos indivíduos para distinguir a boa e a má maneira de dirigir.

1.2. Distinção entre ética moral e deontologia

Fazer uma distinção entre os três termos é uma passagem obrigatória, na opinião de alguns autores.

Ética e moral são dois termos que pela sua origem etimológica, são equivalentes. Segundo Mercier (2009), “ética” remete para uma raiz grega, *ethos* e “moral” (palavra latina proposta por Cícero para traduzir a palavra grega “ética”) remete para uma raiz latina, *mores*. Isto explica a dificuldade de escolher um ou outro dos dois termos.

De acordo com Jean Jacques Wunenburger (citado por Mercier 1999), há duas tradições de definição para diferenciar os dois termos.

Primeira tradição: A ética como reflexão sobre os fundamentos da moral

Nesta abordagem a ética é considerada como: a ciência do comportamento, dos costumes; estudo teórico dos princípios que regem as escolhas práticas (ponto de vista meta moral), enquanto a moral é vista como o conjunto dos meios postos em prática para agir de modo humano; conjunto de prescrições concretas adoptadas por agentes individuais ou colectivos.

Segunda tradição: moral universal e ética particular

A ética é considerada um conjunto de regras de conduta partilhadas e típicas de uma sociedade; estas regras baseiam na distinção entre o bom e o mau. Já a moral é tida como um conjunto de princípios de dimensão universal, normativa, dogmática; baseada na discriminação entre o bem e o mal.

Nos negócios, há um privilégio concedido à ética em comparação com a moral. Os dirigentes da empresa preferem o uso do termo de ética de moral. “A moral está ligada a vida individual e a ética a vida económica.” (MERCIER, 1999). Respeita-se uma moral nos actos da vida privada e respeita-se uma ética na vida dos negócios.

Na sequência das pesquisas de Isaac citado por Mercier (1999), pode-se definir a deontologia como um “ conjunto de regras que uma profissão ou parte dela adota através duma organização profissional, que se torna a instância da elaboração, de prática de vigilância e de aplicação destas regras”. Estas regras que concernem as relações com terceiros ou com confrades são muitas vezes formalizadas em códigos de deontologia.

Bernard Colasse (1997) citado por Lopes de Sá (2001) nota que a deontologia, “quando é a expressão dum forte corporativismo, a defesa dum monopólio ou a máscara duma forma de acordo, pode não ter mais do que relações remata com a ética e, até, ir contra esta”.

Se se admitir que os três termos são elementos que decorrem um do outro, “ a moral, ciência do bem e do mal permite libertar uma ética que e a arte de dirigir a sua conduta, o seu comportamento, que se exprime nos princípios orientadores dos aspectos profissionais deste comportamento: a deontologia”. (LISBOA, 2007)

1.3. Ética profissional

Um dos usos populares do termo “ética” refere-se aos princípios de conduta que orientam uma pessoa ou grupos. Diversos autores definem a ética profissional como sendo um conjunto de normas de conduta que devem ser praticadas no exercício profissional e que possuem uma acção reguladora, fazendo com que o profissional respeite seu semelhante quando no exercício da sua profissão.

Lisboa (2007) explica ética profissional através da sua função: serve como indicativo de um conjunto de normas que norteia a conduta de integrantes de determinada profissão.

Silva e Speroni (1998) afirma que a ética profissional tem como premissa maior, o relacionamento do profissional com clientes e com outros profissionais levando em conta valores como a dignidade humana, auto realização e socialização. O individualismo ocasiona o risco a transgressão ética, tornando imprescindível uma tutela sobre o trabalho acerca de normas éticas.

A ética profissional atinge a maioria das profissões e refere-se ao carácter normativo e até jurídico que regulamenta cada uma delas a partir de estatutos e códigos específicos.

O comportamento dos indivíduos pode inclinar-se para o egoísmo mas para atender aos interesses de uma classe e da sociedade como um todo, é necessário que as normas sejam respeitadas, pois, estas devem estar apoiadas nos princípios da virtude.

1.3.1. A ética profissional em contabilidade

O profissional da contabilidade, diante de tantos problemas que se apresentam no quotidiano, precisa de muita perseverança, tenacidade e carácter para não cometer erros que venham a denegrir a imagem de toda uma categoria. A discussão ética para o profissional da contabilidade requer um conjunto de regras de comportamento do contabilista no exercício das suas atitudes profissionais. Qualquer profissional deve conhecer a sua profissão e não seria diferente para o contabilista que deve conhecer os aspectos técnicos, as prerrogativas e as regras de conduta moral da profissão. Segundo Handel (citado por Sá ,2001) “não é possível nem permissível a um profissional ter todos os conhecimentos técnicos para exercer com mestria a profissão se este mesmo profissional não desenvolver suas actividades baseado num comportamento ético em relação aos demais colegas e a terceiros interessados”.

Discutir a conduta ética no exercício profissional é uma tarefa difícil face à amplitude do tema. Envolve uma série de princípios e valores individuais nem sempre condizentes com a proposta de um conjunto de regras a serem respeitadas por todos, indistintamente. No desempenho das suas actividades, todo o profissional, além do aprendizado técnico constante, precisa assimilar conceitos éticos e empenhar-se em exercê-los durante toda a sua carreira profissional

Camargo (citado por Srouf, 2007) afirma que “a ética profissional é intrínseca à natureza humana e é explicada pelo facto da pessoa fazer parte de um grupo de pessoas que desenvolvem determinada acção na produção de bens ou serviços”.

Considerando a ética como o exercício da responsabilidade do indivíduo e que cada profissão deva estar a serviço do social, Lopes de Sá (2001) argumenta que “a ausência de responsabilidade para o colectivo gera como consequência natural, a irresponsabilidade para a qualidade do trabalho”.

Cada profissão atribui valores às suas acções e a ética está directamente relacionada a esses valores, aos princípios da dignidade, do respeito às pessoas, da boa educação, não possuindo, pois, carácter legal.

Segundo Lopes de Sá (2001) entre todas as profissões, a do contabilista, é uma das que exige do profissional, a todo o instante, um apelo ao comportamento ético. Faz sentido este relato, pois, a contabilidade, através das suas demonstrações financeiras, dos seus relatórios e principalmente pela assinatura da responsabilidade técnica expõe aos usuários a informação financeira. Estas informações têm de ser fidedignas, ou seja, devem transmitir confiança aos utentes.

1.4. Ética Empresarial

A conduta ética empresarial, actualmente, tem sido uma das preocupações no mundo dos negócios. Um dos motivos que provocam o aumento dessa preocupação é o avanço de casos de fraudes nas empresas. Desta forma, existe hoje em dia uma maior atenção em relação a algumas práticas empresariais. Gerou-se a necessidade de uma avaliação mais eficaz destas práticas, verificando se são aceitáveis ou não. Ademais, cabe ressaltar que “as decisões empresariais não são inócuas ou isentas de consequências: carregam um enorme poder de irradiação pelos efeitos que provocam.” (SROUR, 2007).

No mundo capitalista o lucro costuma ser o foco maior das empresas. Apesar das preocupações em atingir este foco, ainda existem práticas que são justificadas para a obtenção do lucro e que estão sendo questionadas. “A empresa deve equilibrar o lucro com as necessidades e os desejos da sociedade”. (FERREL, FRAEDRICH e FERREL, 2001).

Com o mesmo raciocínio, Silva (1998) assegura que a ética afecta tanto os lucros e a continuidade das empresas, como a sobrevivência da economia geral. As organizações precisaram aprender a equacionar a necessidade de obtenção de lucros de obediência a leis e, ainda, possuir um comportamento ético.

É muito importante destacar que muitos são os conflitos gerados dentro do ambiente empresarial. Para manter uma boa reputação, perante os seus usuários e a sociedade como um todo, torna-se indispensável que a empresa desenvolva uma cultura baseada na conduta ética.

As questões éticas ocorridas dentro do ambiente empresarial, geralmente são provocadas por conflitos de interesses e, ou crenças entre os envolvidos. “É comum tanto em sociedades distintas como numa mesma sociedade, pessoas diferentes distinguirem determinado facto através de ópticas diferentes muitas vezes conflitantes. (MERCIER, 1999).

Alem dos conflitos de interesses ou crenças, existe o denominado “conflito de agência” que decorre da separação entre a propriedade e a gestão empresarial. Nesta situação o accionista delega a um agente especializado o poder de decisão sobre sua propriedade. No entanto, os interesses do gestor nem sempre estão alinhados com os do proprietário, resultando em um conflito de agência.

Com objectivo de superar este conflito surgiu o “governo das sociedades” que também visa estimular a conduta ética dos indivíduos nas organizações.

O Governo das sociedades constitui um sistema que envolve aspectos legais, institucionais e de controlo interno, abrangendo a gestão de uma organização seja qual for seu porte e sua actividade operacional.

Silva (1998) informa que o conceito “governo das sociedades” possui um objectivo maior: o de criar condições para uma organização mais racionalista e pluralista da economia e da sociedade como um todo. Ressalta ainda que o governo das sociedades consiste num conjunto de práticas que visa aperfeiçoar o desempenho de uma companhia, protegendo investidores, empregados e credores, facilitando assim o acesso ao capital.

A empresa que adopta as boas práticas do governo das sociedades possui como princípios básicos, a transparência, a equidade, a prestação de contas e a responsabilidade social. (MERCIER, 1999).

Desta forma o instrumento muito utilizado para reger as boas praticas dentro da empresa é o Código de Ética, tanto Empresarial, que deverá ser seguido pelos funcionários da organização, quanto Profissional, que rege as regras da classe profissional

1.4.2. Códigos deontológicos ou de conduta

Os códigos de ética constituem um instrumento utilizado com intuito de apresentar os direitos e deveres da sua classe de usuários, além das sanções aplicadas pela não adopção do aludido código.

Código de ética da empresa e dos profissionais

A organização e os seus membros devem ter nas suas relações internas e externas, normas de condutas éticas, não por imposição destas mas com algo inato ao indivíduo.

Sá (2001) enfatiza que “a ordem não é pressão que se exerça na sociedade, a partir do exterior mas sim, um equilíbrio que se suscita no seu interior”.

No que respeita à ética organizacional e em especial aos códigos éticos, as seis vertentes a ter em conta são os valores, os princípios, os projectos, os processos, os produtos e as pessoas.

Uma das melhores formas para obter decisões, capazes de tornar as instituições dignas de crédito e merecedoras de confiança, é estabelecer uma saudável e ético equilíbrio entre as seis vertentes.

Muitas organizações hoje em dia têm “códigos de ética”em que os valores básicos se encontram definidos e caracterizados.

Mercier (1999) apresenta as seguintes vantagens do emprego do código de ética:

Ajudar a difundir os elementos da cultura organizacional servindo-se de guia para situações ambíguas; melhorar a reputação da empresa e dos contabilistas; oferecer protecção e justiça; melhorar a performance do trabalho; permitir criar um clima de trabalho integral e de excelência; regulamentar estratégias para evitar erros em matéria da ética, entre outros.

O código de ética do profissional define-se como sendo o guia orientador e estimulador de novos comportamentos. Está fundamentado num conceito de ética direccionada para o desenvolvimento, servindo simultaneamente de estímulo e parâmetro para que o profissional amplie sua capacidade de pensar, visualize o seu papel e torne a sua acção mais eficaz perante a sociedade.

De mencionar que o primeiro código de ética profissional foi escrito por Hipócrates cerca de 400 anos AC, considerando que a medicina devia abandonar a relação com as praticas religiosas e converter-se numa ciência experimental.

Nos nossos dias bastantes profissões possuem o seu código de ética, nomeadamente na gestão são conhecidos os códigos de ética do contabilista, do revisor oficial de contas, do avaliador de empresas, do administrador e do gestor.

Também no mundo académico actual, nomeadamente nos Estados Unidos da América e na Europa, a grande maioria das faculdades e institutos de ensino superior têm disciplinas na área da ética dos negócios.

Em Cabo Verde², a definição de parâmetros éticos normalizados que constituem directrizes de acção ante dilemas éticos não é ainda uma realidade, ficando a conduta ética subjacente a consciência moral de cada profissional. A Ordem Profissional dos Auditores e Contabilistas Certificados, só foi instituída nos finais de 2009, com a primeira eleição dos órgãos sociais, que tomariam posse no início de 2010. A institucionalização de um código deontológico constituirá naturalmente um dos passos

² Entrevista com o Presidente do Concelho Regional da OPACC.

privilegiados da acção da ordem, pela necessidade premente de se fixar normas pelos quais se devem conduzir os contabilistas quando do seu exercício profissional.

De mencionar que em Cabo Verde, apesar de o código de ética do contabilista ainda não se encontrar institucionalizado, tem havido, por parte de sectores interessados, da sociedade, empenho na divulgação e implementação de conhecimentos afectos a esta área.

A Ordem dos contabilistas de Cabo Verde recente oficializada, tem sido um dos braços desse esforço, assim como as Universidades e os Institutos de Ensino Superior que têm disciplinas vocacionadas para o estudo da ética, nomeadamente o ISCEE (Instituto de Ciências Económicas e Empresariais).

Conclui-se que a ética dos negócios constitui um fundamento de dimensão estratégica da gestão, uma base capaz de garantir, a prazo, uma ordem preferencial de interesses ou de direitos compatível com o bem comum.

Alem dos códigos de ética das empresas e a dos profissionais de um modo geral, há um específico para o contabilista.

1.4.3. Códigos de ética profissional do contabilista

Os contabilistas, objectivando, o aumento da credibilidade da sua profissão, institucionalizaram, em quase todos os países o Código de Ética Profissional do Contabilista (CEPC), que tem por objectivo fixar a forma pela qual se deve conduzir a conduta dos contabilistas no exercício da sua profissão.

Os códigos de conduta oferecem directrizes para o comportamento apropriado. Para a classe, assim como em outras profissões, esses códigos constituem a mais concreta forma cultural na qual as profissões reconhecem as suas obrigações sociais.

Por meio de suas regras, o CEPC garante assessoria à classe, no exercício da sua profissão, ao deparar-se com conflitos éticos. No entanto, apesar de ter como um dos

objectivos, a resolução de conflitos, tem carácter dissuasivo de comportamentos anti-éticos, pois pelo facto de existir, o seu seguimento não está garantido.

Para que desenvolva com eficácia suas actividades, muitas são as virtudes que um profissional preciso ter; algumas destas virtudes são inerentes ao seu carácter, outras podem ser conquistadas. Na verdade, múltiplas são as exigências para caracterizar um profissional ético e competente numa sociedade que se encontra em conflito moral, onde a questão da justiça está intimamente ligada tanto à responsabilidade social como à questão da honestidade.

Lopes de Sá (2001) considera algumas virtudes como básicas e que são comuns a todas as profissões: “virtudes básicas profissionais são aquelas indispensáveis, sem as quais não se consegue a realização de um exercício ético competente, seja qual for a natureza do serviço prestado”.

Destaca-se algumas virtudes evidenciadas no código de ética, referentes a qualquer profissão e que podem ser consideradas imprescindíveis a todo o profissional da contabilidade:

Honestidade – é uma atitude que não admite meio-termo, relatividade ou tolerância. Esta relacionada com a confiança, a responsabilidade perante o bem de outrem e manutenção de seus direitos. Ser honesto, integralmente, é um dever ético de qualquer profissional; não existe meia confiança como não existe meia honestidade.

Zelo – é uma responsabilidade individual baseada na relação entre o sujeito e o objecto de trabalho. Cada tipo de tarefa exige seu próprio zelo e a sua própria forma de caracteriza-la.

Sigilo – segundo o mesmo autor: “ Eticamente o sigilo assume o papel de algo que é confiado e cuja preservação de silêncio é obrigatória”. Embora nem sempre o segredo seja pedido, por parecer óbvio a quem o confidenciou, poderá ao ser divulgado, enfraquecer o valor do profissional e ser entendido como violação de confiança pelo prejudicado. Por isso, o ideal é que se guarde em sigilo tudo o que se conhece sobre o cliente na prática da profissão.

Competência – o exercício de uma profissão exige a aquisição de pleno conhecimento, o domínio sobre a tarefa e sobre a forma de executá-la, além de um constante aperfeiçoamento. Aceitar uma tarefa sem ter capacidade para exercê-la é condenável em razão dos danos que pode causar. O erro na conduta não está em não ter conhecimentos mas sim, em ter consciência de que dele não se dispõe e mesmo assim aceitar uma tarefa.

Prudência – refere-se ao bom julgamento da ação, cautela, zelo no momento de decidir.

Humildade – O profissional precisa possuir essa virtude para compreender que não é dono da verdade e que o bom senso e a inteligência são propriedades de um grande número de pessoas.

Imparcialidade – é uma virtude que assume as características do dever, pois destina-se a contrapor-se aos preconceitos, a reagir contra os mitos, a defender os verdadeiros valores sociais e éticos, assumindo, principalmente, uma posição justa nas situações que terá que enfrentar. Para ser justo e preciso ser imparcial.

De forma resumida essas virtudes auxiliam os profissionais de contabilidade na identificação de um comportamento antiético, além da resolução de uma situação, perante um conflito ético.

Conforme o exposto, a conduta ética tem-se transformado numa das grandes preocupações no ambiente empresarial, ambiente esse que abrange muitos dilemas, conflitos ou questões éticas. Visando analisar o processo decisório de um indivíduo, ao deparar-se com dilemas éticos alguns estudiosos elaboraram alguns modelos.

O próximo capítulo, evidencia de forma resumida os principais modelos teóricos de tomada de decisão.

1.5. A tomada de decisão no campo da ética

A decisão tem o propósito de seleccionar uma alternativa entre um conjunto de cursos alternativos de acção, julgada melhor para atingir algum objectivo.

O processo da tomada de decisão parte do pressuposto que o indivíduo que toma a decisão é racional fazendo escolhas consistentes, maximizando o valor dentro de limitações específicas, ou seja de acordo com os princípios éticos.

1.5.1. Factores moderadores do processo de tomada de decisão

A influência dos valores pessoais como instrumentos que moderam o comportamento do indivíduo durante o processo de tomada de decisão tem sido há vários anos um tópico frequente de pesquisa nas ciências sociais (SHAFER citado por Alves, 2005).

A influência sobre o comportamento dos indivíduos pode ser classificada em duas grandes categorias: as variáveis associadas as características de uma determinada pessoa (individuais) e as que definem as situações nas quais estes indivíduos tomam decisões (situacionais).

Alves (2005) destaca que:

Entre as variáveis associadas ao indivíduo, encontram-se a religião, a nacionalidade o género, a idade e a experiência profissional, a personalidade as crenças e os valores. Na segunda categoria, das variáveis situacionais, incluem-se: a influência do ambiente de trabalho, os factores organizacionais, relacionados com as características das organizações, os prémios as sanções e o código de ética.

De entre os factores individuais pode-se destacar os seguintes:

Consciência: Trata-se do reconhecimento da questão moral. Pode ser entendido como a capacidade de um indivíduo reconhecer num determinado facto, ou situação, o seu sentido ético.

Desenvolvimento Moral Cognitivo: está relacionado ao processo de consciência moral do indivíduo e é profundamente associado aos modelos de tomada de decisão de Rest, Jones e Trevino, os quais serão vistos mais adiante. (ALVES, 2005).

Género: é uma característica que vem recebendo muita atenção da literatura, conforme observam alguns estudiosos. Numa pesquisa feita constatou-se que as profissionais da área de marketing, evidenciaram maior nível de julgamento ético do que seus colegas de profissão do sexo masculino. (AKAAH, 1996). Já Ferrell e Mainsfield (2000) destacam que a maioria das pesquisas não conseguiu determinar influências significativas, na conduta ética entre homens e mulheres.

Idade: estudos relacionando idade e crenças éticas têm demonstrado resultados bastantes consistentes. O consenso é que respondentes mais velhos demonstram menos tolerância com comportamentos antiéticos do que respondentes mais jovens. (ALVES, 2005).

Religião: o impacto da religião na conduta ética é muito reconhecido na literatura. Nos estudos realizados por Conroy e Emerson citados por Lopes de Sá (2007), foi confirmado que as atitudes éticas são influenciadas pela opção religiosa dos indivíduos.

Filosofia moral: Ferrell e Gresman (1985) destacam que é impossível desenvolver um fundamento teórico para a tomada de decisão sem que sejam considerados os padrões éticos advindos da filosofia moral. No diz respeito a filosofia moral, amplamente divulgada pelos pesquisadores na área da ética nos negócios. De entre estas teorias destacam teorias deontológicas e teleológicas.

Na visão da teoria deontológica (ramo da ética cujo o objecto de estudo são os fundamentos do dever e as normas morais), o foco encontra-se na intenção de cada acto em particular e não nas consequências que o acto poderá acarretar ao indivíduo. Esta é a ética das normas e corrente mais conhecida dessa teoria é a teoria da obrigatoriedade moral de Kant, exposta na obra “Crítica da Razão Pura”. Essa teoria sustenta que cabe a cada um procurar a sua felicidade, não por inclinação, mas por dever – e é somente, então que a conduta do indivíduo tem um verdadeiro valor moral.

Já em relação a teoria Teleológica (ética das finalidades), Alves (2005) destaca que:

Na perspectiva da ética teleológica, é proposto que as correcções ou não das decisões éticas dependem das suas consequências. Essa teoria procura seleccionar os resultados que trazam maiores benefícios e pode ser subdividida em duas correntes: Utilitarismo e o Egoísmo. Na corrente do Egoísmo, as acções de todos devem atender aos interesses pessoais do indivíduo. Já de acordo com a corrente Utilitarista, a acção a ser tomada deve ser aquela capaz de maximizar os benefícios para todos os indivíduos ou partes envolvidas, mesmo que os benefícios decorrentes dessa acção não possam ser igualmente distribuídos.

Nível de escolaridade e experiência profissional: de acordo com Alves (2005) estudos que relacionam o nível de estudo e a ética trazem resultados contraditórios. Segundo teste mesmo autor Kohlberg, observou que o nível educacional e o desenvolvimento moral estão positivamente relacionados. Em contrapartida, os resultados de uma pesquisa por Harris citado por Lisboa (2007) destacam que não foi observado relacionamento estatístico entre o nível educacional e a convicção ética das pessoas.

Já os factores situacionais são aqueles que gerem pressões nos indivíduos e que são capazes de influencia-los a pratica moral ou não. Estes factores dizem respeito, fundamentalmente, sobre como o ambiente pode influenciar o indivíduo. Um exemplo claro para esta questão pode ser observado na literatura de auditoria relacionada a fraude, na qual expõem que ambientes com controlo interno mais frágeis apresentam um risco maior de fraudes nas suas demonstrações financeiras.

Neste sentido, empresas com condutas exemplares e que exigem o mesmo dos funcionários, pode oferecer um ambiente organizacional menos propício a atitudes antiéticas.

1.5.2. Modelos teóricos de tomada de decisão ética

A decisão tem o propósito de seleccionar uma alternativa entre um conjunto de cursos alternativos de acção, julgada melhor para atingir algum objectivo. As decisões variam

entre rotineiras e não rotineiras. (HORNGREN, SUNDEM E STRATTON, 2004), citado por Alves.

O processo da tomada de decisão parte do pressuposto que, o indivíduo que toma a decisão é racional fazendo escolhas consistentes, maximizando o valor dentro de limitações específicas.

Alves (2005), citando Malhotra e Miller, refere que existem vários modelos teóricos que visam a tomada de decisões, no entanto, nenhum deles foi anunciado como definitivo.

Entre os modelos teóricos de tomada de decisão existentes, encontram-se os elaborados pelos seguintes estudiosos: Rest, Ferrell e Gresham, Hunt e Vitell; Trevino; Ferrell, Fraedrich e Ferrell; Jones e Alves.

Cabe ressaltar que neste trabalho faz-se uma referência a estes modelos, mas, o que se debruçou mais foi o modelo de Alves.

Modelo de Rest

Segundo Alves (2005) o modelo elaborado por Rest, pressupõe que o processo decisório ético ocorra em quatro etapas:

(1) Reconhecimento da questão ética: o indivíduo deve reconhecer que determinado facto possui uma questão ética envolvida para iniciar o processo de tomada de decisão;

(2) Julgamento: o indivíduo irá julgar a conduta mais correcta;

(3) Intenção: o indivíduo irá decidir agir ou não, de acordo com o seu julgamento;

(4) Comportamento: refere-se à acção efectiva que o indivíduo terá em relação ao dilema ético

Modelo de Ferrell e Gresham

Ferrell e Gresham afirmam que os indivíduos, numa organização, não possuem percepções éticas idênticas, logo irão adoptar formas distintas para a tomada de decisão. De acordo com estes autores o modelo descreve, em primeira ordem, uma interacção

entre a natureza da situação ética e as características associadas ao indivíduo. Alves (2005) demonstra uma situação que elucida o pensamento dos autores em questão:

Se, por exemplo no círculo interno de relacionamento do indivíduo, houver pessoas cujo comportamento é antiético, a tendência é de este indivíduo ser influenciado pela conduta incorrecta dessas pessoas.

A maior preocupação, inserida neste modelo não está relacionada ao julgamento do acto como ético ou não, mas sim com aqueles que determinam o comportamento no processo de tomada de decisão que, segundo estes autores, consistem entre outras, nas seguintes variáveis: idade, experiência profissional, género, factores pessoais e negociais e influências internas e externas. Estes estudiosos afirmam que estes determinantes devem ser avaliados, pois influenciarão, o processo de tomada de decisão do indivíduo.

Modelo de Hunt e Vitell

Hunt e Vitell (1986) desenvolveram a teoria geral da ética em marketing com objectivo de explicar o processo de tomada de decisão para situações que demandem o julgamento ético.

A teoria geral do marketing foi proposto por Hunt e Vitell, para explicar como uma pessoa toma uma decisão quando confrontado com um problema ético. De acordo com essa teoria o indivíduo avalia várias alternativas, para resolver o problema ético, segundo Alencastro (2010) citando Deconinck e Lewis.

Os estudiosos deste modelo afirmam que a filosofia moral representa um factor determinante no processo de tomada de decisão ética. Segundo Hunt e Vitell, após o indivíduo identificar um dilema moral, este irá proceder sobre duas avaliações baseadas na filosofia moral: avaliação deontológica e avaliação teleológica, supracitadas.

Modelo de Trevino

A proposta do modelo de Trevino, citado por Alencastro (2010) é que a ética na tomada de decisão, na organização, é explicada pela influência mútua dos componentes individuais e situacional interagido com o componente cognitivo. Trevino assegura que

a cognição aliada às variáveis individuais e situacionais influenciam o comportamento ético ou antiético dos indivíduos.

Modelo de Ferrell, Fraedrich e Ferrell

O modelo de Ferrell, Fraedrich e Ferrell é específico para a tomada de decisões éticas em empresas nas quais existe ambiente de trabalho em grupo. Destaca-se uma abordagem específica para este tipo de ambiente, visto que, os indivíduos em seus trabalhos encontram-se sobre pressão e não possuem a mesma liberdade, como por exemplo, em ambiente familiar. (Ferrell, Fraedrich e Ferrell, 2001).

Os componentes deste modelo de acordo com Alves (2005) são: a gravidade da situação ética, os factores individuais e a cultura organizacional. Esses três componentes, já descritos anteriormente, influenciam as avaliações e as intenções éticas da empresa a qual, por sua vez, direcciona o comportamento ético ou antiético.

Modelo de Jones

Jones (1991) afirma que os modelos apresentados anteriormente trazem contribuição para o entendimento do processo de tomada de decisão ética. No entanto, este pesquisador critica-os ao relatar que estes estudiosos apresentam um processo de tomada de decisão e a conduta dos indivíduos nas organizações, como sendo iguais, ou seja, independentes das questões morais envolvidas.

Em seu modelo, Jones (1991) afirma que o processo de tomada de decisão no campo da ética é incerto e dependente das características da questão moral. Este estudioso afirma que a intensidade moral influencia fortemente o comportamento do indivíduo, ao deparar-se com questões éticas.

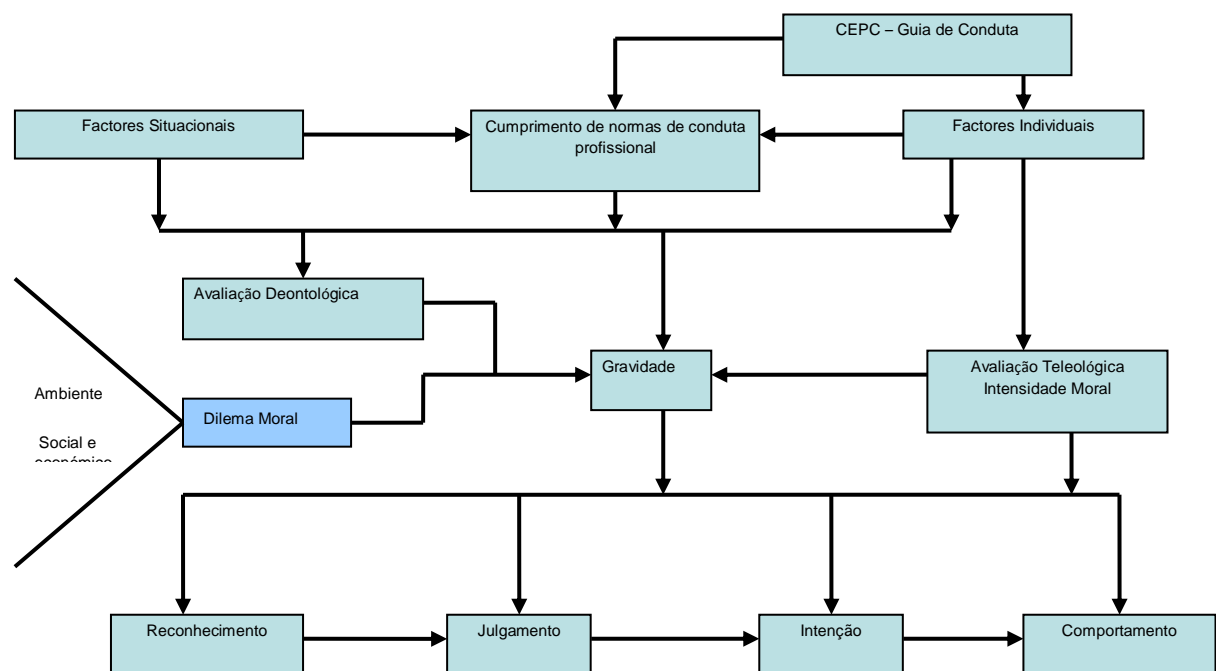
Modelo de Alves

Alves (2005) afirma a respeito dos modelos anteriormente citados, que, o facto de se concentrarem no ambiente organizacional, torna-os deficientes, quando se busca investigar o comportamento de um indivíduo cujo exercício profissional é regulamentado por lei.

Dada a limitação apresentada anteriormente pelos outros modelos, Alves (2005) desenvolveu um modelo que admitiu identificar as variáveis que interferem no processo decisório de um indivíduo, quando este estiver vinculado à profissão regulamentada.

A figura demonstra o modelo proposto por Alves

Figura 1 - Tomada de decisão em contabilidade - Modelo de Alves



O modelo de Alves diferencia-se dos modelos supracitados, pelos seguintes aspectos:

- 1- Considera o contabilista que desempenha suas actividades de forma autónoma ou numa empresa, não se restringindo ao ambiente organizacional da empresa;
- 2-Destaca a característica coerciva das normas de conduta profissional, inclusive o CEPC.

O mesmo autor informa que:

Se por um lado o modelo de Hunt e Vitell inovou, ao incluir a avaliação deontológica, por outro lado deve-se destacar que essa avaliação, pressupõe a liberdade do indivíduo em decidir qual o rumo a seguir. Ora, isso não é possível em relação às normas de conduta profissional pois, o seu cumprimento é obrigatório.

3-Estende o papel do código no processo de tomada de decisões éticas aos profissionais que possuem vinculação com a classe.

4-Ressalta a gravidade como um importante conceito que deve ser levado em consideração no processo de tomada de decisão do indivíduo. Espera-se que a gravidade tenha influência nos juízos de valor nas fases de reconhecimento do conflito ético, do julgamento e da intenção em agir. A percepção da gravidade do acto também é considerada um importante factor para a imposição da penalidade, visto que, a punição, ao infractor deve ser aplicada em conformidade com a gravidade do acto. Quanto maior for a punição, mais rígida deve ser a penalidade.

5-Apesar de considerar suas variáveis, altera o modelo de Jones, ao sugerir que a ética deontológica, a ética teleológica, e os factores individuais interferem no processo de tomada de decisão ética. Para Jones os aspectos mais importantes nas decisões éticas não se encontram nos factores individuais ou situacionais mas na própria questão moral.

6-Não leva em consideração o processo cognitivo, nos termos sugeridos por Rest, como item principal no processo de tomada de decisões éticas.

Para fins da presente pesquisa, adopta-se o modelo desenvolvido por Alves, visto que este foca, especialmente, a tomada de decisão ética dos profissionais da área da contabilidade, objecto de estudo deste trabalho.

Cabe destacar que nos modelos anteriormente citados, excepto o proposto por Jones, são destacados com itens importantes, os factores individuais. Existem ainda em alguns modelos os factores situacionais como sendo, da mesma forma, determinantes no processo de tomada de decisão do indivíduo.

1.6. Desvio ético – Fraude

Denúncias sobre episódios de fraude e corrupção têm sido correntes em quase todos os países. Como consequência há um aumento da preocupação da sociedade, em relação a esses actos ilícitos, visto que o reflexo destes atinge as mais diferentes esferas da sociedade, provocando diversos prejuízos para uma nação.

A fraude tem sido muito anunciada e discutida actualmente. Os seminários, os simpósios e as conferências sobre esse assunto são abundantes, patrocinados pelas agências governamentais, universidades, associações empresariais e organizações profissionais. Na maior parte são bem acatados, porque o custo de tais crimes individuais para as empresas e a sociedade é considerável, mas também porque poucos sabem sobre a fraude.

“ Fraude é um termo genérico, e engloba todos os meios condenáveis que a criatividade humana pode planejar e que se recorra por um indivíduo, para obter uma vantagem sobre outro através de falsas declarações” (Singleton et al, citado por Martins, 2008). No dicionário *on-line* Michaelis (2007) o termo “fraude” é definido como o “acto ou efeito de “defraudar, de modificar ou alterar um produto ou esconder a qualidade viciada deste, com objectivo de lucro ilícito significando burla, dolo, engano.

Segundo o Código Penal, a fraude é caracterizada ao obter-se para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio doloso.

Como o objectivo principal deste trabalho consiste em, conhecer a conduta sob o ponto de vista ético dos contabilistas em relação a algumas fraudes que possam vir a ocorrer no exercício da profissão, o seguinte ponto ressalta a relação entre a fraude e a contabilidade.

1.6.1. A Fraude e a Contabilidade

O enlace entre a contabilidade e a ética é fundamental para o bom andamento da sociedade e a sobrevivência da própria classe. A profissão deve ser exercida com

honestidade e respeito, evitando sempre, o uso do método de “ilusionismo financeiro” e sempre ter visão para analisar e interpretar claramente a informação financeira. Segundo Baptista da Costa (2001) “toda a informação financeira deve possuir determinadas características qualitativas³ as quais mais não são do que os atributos que torna a informação proporcionada nas demonstrações financeiras úteis aos utentes”.

Geralmente, quando não se segue os princípios éticos, há que enfrentar fraudes e escândalos.

Na contabilidade, o termo fraude refere-se a um acto intencional de omissão ou manipulação de transacções, adulteração de documentos, registos e demonstrações financeiras. Neste âmbito, a fraude pode ser caracterizada da seguinte forma:

- a) manipulação, falsificação ou adulteração de registos ou documentos de modo a modificar o reconhecimento de activos, passivos, rendimentos e gastos;
- b) apropriação ilícita de activos;
- c) anulação ou omissão de transacções nos registos da contabilidade;
- d) registo de transacções sem os documentos comprovativos;
- e) aplicação de práticas indevidas.

Lopes de Sá (2007) ressalta que a fraude “refere-se a um acto intencional por parte de um ou mais indivíduos de entre os membros da administração, empregados ou terceiros, que resulta em declarações falsas das demonstrações financeiras”.

Almeida (2003) afirma que os desfalques provocados por contabilistas numa empresa podem ser classificados como temporários e permanentes. O desfalque temporário “ocorre quando um contabilista subtrai um bem da empresa e não altera os registos contabilísticos”. Já a ocorrência do desfalque permanente se dá quando “um contabilista

³ Relevância – a informação é relevante quando influencia as decisões económicas dos utentes ao ajudá-los a avaliar os acontecimentos passados, presentes ou futuros ou a confirmar ou a corrigir as suas avaliações passadas.

Fiabilidade – para ser digna de confiança a informação deve representar, fidedignamente, as operações e outros acontecimentos que ela pretende representar ou possa razoavelmente esperar-se que repre – sente.

Neutralidade – para que seja fiável, a informação contida nas demonstrações financeiras deve ser neutra (livre de preconceitos), ou seja, não deve influenciar a tomada de uma decisão ou de um juízo a fim de atingir um resultado ou efeito predeterminado.

desvia um bem da empresa e modifica os registos contabilísticos, para que, na contabilidade, os registos existentes concordem com os valores registados.

Em Cabo Verde, como em qualquer outro país, tem sido anunciada ocorrências de fraudes. A mais anunciada foi a que ocorreu na empresa Shell em S.Vicente, ano de 2003, só que ainda o caso não foi resolvido, está entregue aos tribunais.

As fraudes perpetuadas por contabilistas podem ocasionar vários danos tanto à empresa quanto aos seus usuários em geral (internos e externos). Assim sendo, com o objectivo de minimizar as possibilidades de ocorrência deste tipo de fraudes e também de erros que possam vir a ocorrer, a identificação destes torna-se imperiosa, por parte dos auditores internos e externos. No caso de factos já concretizados, deve-se buscar a reversão e recuperação dos valores envolvidos.

1.6.2. Factores que originam a ocorrência de fraudes

A maioria dos indivíduos que comete um acto fraudulento não apresenta um passado envolto em crimes. Por isso torna-se necessário questionar quais factores motivam uma pessoa a cometer a fraude (Marsh e Craves, 2005).

Gil (1988) enfatiza que a motivação para que um indivíduo cometa uma fraude, está centrada em três vertentes:

(1) Natureza da satisfação ao praticar a fraude

(2) Aposto na impossibilidade de ser descoberto ou identificado, por dificuldades em se apurar prova

(3) Expectativa de não ser punido, na eventualidade de ser provada sua acção dolosa no evento, em face da fragilidade das normas e legislação ou de eventuais dificuldades operacionais na organização.

Torna-se muito difícil medir a motivação que um indivíduo pode vir a ter para cometer algum tipo de fraude visto que existem muitos factores e valores essencialmente inerentes a cada pessoa.

O modelo mais amplamente aceite para explicar os factores que motivam um indivíduo a cometer uma fraude, segundo os estudiosos, foi desenvolvido pelo criminalista americano Donald R. Cressey da Indiana University.

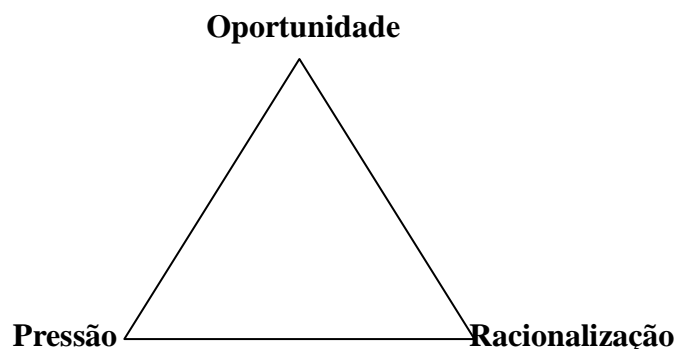
Singleton et al. (2006) afirmam que “ a pesquisa de Donald Cressey na década de 1950 fornece a introspecção mais valiosa para a questão do porquê se cometer a fraude”.

Cressey, estava especialmente interessado nas circunstâncias que conduziam os indivíduos a cometerem fraudes, pelo que os chamou de “violadores de confiança”, a serem superados pela tentação.

Cressey decidiu entrevistar indivíduos que foram condenados por desfalques. Ele entrevistou cerca de 200 indivíduos na prisão. Uma das principais conclusões do seu estudo era que, cada fraude tinha três características em comum: (1) pressão (por vezes referida como motivação); (2) racionalização (ética pessoal), e (3) oportunidade de cometer o acto.

A combinação desses três factores foi denominada por Cressey de “Triângulo da Fraude”.

Figura 2 - Modelo de Cressey



Os vértices do triângulo da fraude – pressão, racionalização, oportunidade – são as motivações de acordo com Cressey, que levam o indivíduo a cometer uma fraude.

Silva, citado por Sá (2007) informa que Cressey verificou em sua pesquisa, que a maioria dos fraudulentos vivia com algum tipo de pressão, normalmente financeira, que os conduzia a necessidade de obter dinheiro, imediatamente.

De acordo com o mesmo autor a racionalização consiste na capacidade de discernimento do indivíduo entre avaliar seus actos em favoráveis e desfavoráveis. É uma forma do impostor amenizar o seu acto, como afirma alguns estudiosos⁴.

Em relação a oportunidade pode ser criada após um planeamento de longa duração, ou surgir eventualmente em algum momento. Ela está vinculada a inexistência de efectivos mecanismos de controlo ou ao desinteresse pelo seu exercício.

Assim a oportunidade está relacionada a um ambiente favorável a execução de fraudes dentro de uma organização. Como exemplo deste ambiente, pode-se citar de entre outros, as falhas do controlo interno.

O controlo interno tem como objectivo a protecção dos activos de uma empresa, além de permitir a elaboração de uma contabilidade fiável, facilitando ainda a gestão na organização dos negócios.

Um sistema de controlo interno eficiente diminui a probabilidade de fraudes nas empresas, pois, uma das causas da ocorrência de fraudes nas entidades é devido a oportunidades propiciadas por falhas no sistema de controlo interno.

Os modelos que avaliam o processo decisório ético do individuo desenvolvido por Ferrell, Fraedrich e Ferrell; e, por Alves, supracitados, indicam a pressão, a oportunidade, a racionalização como factores que influenciam o processo decisório de um indivíduo.

⁴ Singleton et al (2006) informa que:

A maior parte dos fraudulentos não tem registo criminal. Então como eles justificam acções que são objectivamente criminosas? Limitando-se a seus crimes sob suas circunstâncias. Por exemplo muitas irão roubar seus patrões, mentalmente irão convencer-se que irão reembolsá-los. Outros acreditam que não está causando prejuízo a ninguém, de modo que torna o roubo benigno. Por último, alguns acreditam que merecem um aumento ou um tratamento melhor e simplesmente resolvam a questão a maneira deles, para administrar um tratamento justo

Com base no exposto são muitos os factores, evidenciados na literatura, que motivam um indivíduo cometer um acto fraudulento. Por outro lado torna-se importante ressaltar que uma forma eficiente de desmotivar um indivíduo a cometer um acto fraudulento segundo diversos estudiosos é puni-lo por tal acto.

1.7.3. Punições evidenciados na legislação contra alguns tipos de fraudes

O código penal de Cabo Verde, instituído pelo Decreto Legislativo n.º 4 /2003 de 18 de Novembro, dispõe, em seu Capítulo III, sobre Crimes contra o Património em Geral.

Para o presente trabalho foram destacados alguns tipos de fraude que tem a possibilidade de provocar impactos à contabilidade: crimes contra a ordem tributária, falsificação da escrituração, crimes contra a ordem económica e lavagem de dinheiro.

É característica do ser humano tentar amenizar a sua carga tributária. Historicamente existe uma constante luta entre os contribuintes e o fisco.

Determinados comportamentos dos indivíduos perante a tributação, tendentes a excluir ou a diminuir encargos tributários, podem ser enquadrados como hipóteses de evasão fiscal, a fraude fiscal.

O Código do Processo Tributário de Cabo Verde, instituído pelo decreto-lei n.º37/IV/92, de 28 de Janeiro, dispõe, em seu capítulo VI “Das infracções fiscais”, secção III “ Dos crimes fiscais”, a fraude fiscal.

O artigo 111º define fraude fiscal como:

Quem com intenção de obter para si ou para outrem vantagem patrimonial indevida, ocultar ou alterar factos ou valores que constar das declarações que para efeitos fiscais, apresente ou preste a fim de que a administração fiscal, especificamente, determine, avalie ou controle a matéria colectável, ou celebrar negócio jurídico simulado quer quanto ao valor quer quanto à natureza por interposição, omissão ou substituição de pessoas com vista a uma diminuição das receitas fiscais ou a um benefício fiscal injustificado será punido com multa até 1000 dias.

A fraude é punida na lei. Segundo este mesmo artigo no n.2:

A pena não será inferior a 700 dias de multa se nos casos previstos no número anterior ocorreram separada ou cumulativamente as seguintes circunstâncias. A vantagem patrimonial indevida for superior a 1000000\$00; o agente for funcionário público e tiver abusado gravemente das suas funções; o agente se tiver socorrido, para a prática do crime do auxílio do funcionário público com grave abuso das suas funções, ou agente manipular indevidamente livros ou documentos fiscalmente relevantes.

2. METODOLOGIA

Nesta secção serão apresentadas os procedimentos metodológicos que fundamentam a presente pesquisa e que permite a possibilidade da seguinte pergunta de partida ser respondida “Como o profissional se posiciona, sob o ponto de vista ético, em relação a dilemas morais referentes a sua actividade profissional”?

2.1. Hipóteses de pesquisa

A hipótese de pesquisa pode ser definida como uma provável solução para um determinado problema. Deve ser identificada a variável independente e a variável dependente, bem estabelecer uma relação entre elas.

Para alcançar o objectivo deste trabalho, foram formuladas algumas hipóteses

Hipotesel – Os factores individuais influenciam o posicionamento do contabilista em relação a fraudes.

Hipotesel2 – Os vértices do triângulo da fraude influenciam o posicionamento ético do contabilista em relação as fraudes.

Hipotesel3 – A punição influencia o posicionamento ético do contabilista em relação a fraude.

2.2. Tipo e método de pesquisa

Para a presente pesquisa, inicialmente, elaborou-se uma revisão da literatura contendo itens importantes relacionados ao tema, visando sintetizar conteúdos escritos sobre o assunto pesquisado.

Em relação a classificação: a presente pesquisa pode ser classificada como descritiva⁵ visto que o seu objectivo consiste em descrever a conduta ética dos profissionais face a ocorrência de fraudes no exercício da sua actividade profissional.

Este estudo pode ser considerado como formal⁶.

Quanto a lógica, a pesquisa é caracteriza-se como dedutiva – método dedutivo parte de teorias e leis para os casos particulares.

Em relação ao resultado pode-se classificá-la como básica⁷.

2.3. Recolha dos dados

Os dados utilizados para o presente estudo, classificados como primários⁸, foram colectados em S.Vicente.

A população – alvo desta pesquisa compreende os contabilistas certificados inscritos na ordem residentes em S.Vicente. Numa população de 73 contabilistas, utilizou-se uma amostra de 25 contabilistas.

Para a operacionalidade das hipóteses, foi aplicado um questionário contendo 3 (três) cenários, localizados no anexo deste trabalho. Todos os cenários apresentam questões

⁵ Segundo Collis e Hussey “pesquisa descritiva é aquela que descreve o comportamento dos fenómenos. É usada para identificar e obter informações sobre características de um determinado problema ou questão.”

⁶ Cooper e Schidler (2003) ressaltam que tais estudos normalmente são estruturados com questões investigadas declaradas de forma clara, e podem descrever fenómenos e características associadas à população alvo; estimar as proporções de uma população que tenha essas características; descobrir associações entre as diferentes variáveis.

⁷ “Visto que o principal objectivo é fazer uma contribuição para o conhecimento, em geral, para o bem comum, em vez de resolver um problema específico para uma organização. Collis e Hussey (2005)”.

⁸ “Fontes primárias são trabalhos originais de pesquisa ou dados brutos sem interpretação, que representam uma opinião ou posição oficial”.

éticas ligadas a algum tipo de fraude. Os cenários são comumente utilizados para examinar julgamentos e intenções éticas em muitas áreas. (ELLIS e GRIFFITH, apud ALVES, 2005).

O Modelo Teórico, de tomada de decisão ou processo decisório ético de um indivíduo utilizado para alcançar os objectivos deste trabalho, foi o modelo desenvolvido por Alves, supracitado. Optou-se por este modelo, visto que este focaliza, especialmente, a tomada de decisão ética dos profissionais de contabilidade.

Adoptou-se também o modelo de Cressey (supracitado) que explica os factores que motivam um indivíduo a cometer uma fraude.

Os aspectos contidos no modelo de Alves, adaptado do modelo de Rest utilizados neste estudo (reconhecimento, julgamento, intenção, comportamento, gravidade e punição) e os aspectos contidos no modelo de Cressey (oportunidade, pressão e racionalização) foram agrupados para que fossem alcançados os objectivos deste trabalho. Esses aspectos, associados, são demonstrados a seguir:

(1) Reconhecimento da questão moral: As questões nº. 1, 13 e 21 foram elaborados para analisar a capacidade do inquirido identificar um dilema moral.

(2) Julgamento do acto: As questões 2, 14 e 22 verificam o julgamento por parte dos inquiridos, em relação ao dilema sugerido nos cenários.

(3) Gravidade: As questões 3, 15 e 23 reforçam a percepção dos inquiridos acerca da gravidade dos actos.

(4) Oportunidade: A oportunidade foi evidenciada através das questões 4, 16 e 24.

(5) Pressão: A pressão foi contemplada nas questões 5, 17 e 25.

(6) Racionalização: A racionalização foi demonstrada através das questões 6, 18 e 26.

(7) Punição foi evidenciada através das questões 7, 19 e 27.

(8) *Intenção em agir: Foi contemplada através das seguintes questões: 8, 20 e 28.*

2.4. Tratamento dos dados

Os dados adquiridos através do questionário foram codificados, tratados e analisados através de um *software* de estatística denominado *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)* em sua versão 17.

Na análise descritiva dos dados foram informadas as frequências, por meio de tabelas⁹, visando a caracterização da amostra.

Na análise estatística dos dados¹⁰ elaborou-se uma técnica bivariada através dos testes não paramétricos¹¹ de Spearman.

A finalidade dos testes de Spearman consistiu em observar se havia correlação entre as variáveis.

O coeficiente de correlação de Spearman (r_s) é uma técnica não paramétrica usada para obter uma medida de associação linear entre duas variáveis que não é possível ou difícil mensurar de maneira aperfeiçoada, porém é possível categorizar. Para calcular o coeficiente de correlação de Spearman os dados devem ser bivariados e, no mínimo de carácter ordinal.

O cálculo deste coeficiente, foi elaborado através do SPSS.

⁹ “É um mecanismo simples para ordenar dados. Ordena os dados atribuindo valores numéricos, com coluna para a percentagem, percentagem ajustado para valores em falta e percentagens acumuladas”. (REIS, 2005)

¹⁰ “A análise estatística dos dados ocupa uma posição mais próxima de inferência estatística clássica em seu uso de significância e confiança”. (PEREIRA, 2006)

¹¹ “ Os técnicas paramétricas pressupõem que os dados obedecem a uma distribuição conhecida, enquanto que as técnicas não paramétricas podem ser usadas com dados assimétricos, que não obedecem a uma distribuição conhecida.” (PEREIRA, 2006)

3. Descrição e Análise dos Resultados

A presente pesquisa visa descrever e analisar os resultados. Para tal estão apresentadas: a análise descritiva e estatística dos dados.

3.1. Análise Descritiva dos Dados

Para a análise descritiva dos dados foram construídas tabelas de frequência¹², visando a caracterização da amostra, e calculando.

Caracterização da amostra

A amostra foi composta por 25 respondentes, dos quais 12 (48%) correspondem ao sexo feminino e 13 (52%) correspondem ao sexo masculino.

A faixa etária dos pesquisados está definida da seguinte forma:

- [20,30[, que corresponde à 9 (36%) respondentes;
- [30,40[, que corresponde à 12 (48%) respondentes;
- [40,50[, que corresponde à 4 (16%) respondentes.

Dos 25 inquiridos, 2 (8%) exercem de forma autónoma, 18 (72%) são funcionários activos do sector privado, 3 (12%) exercem no sector público e 2 (8%) são donos de empresas de contabilidade.

Em relação ao nível de escolaridade, 4 (16%) dos respondentes são bacharéis, 16 (64%) licenciados, 3 (12%) são pós-graduados e 2 (8%) mestrados.

Torna-se importante, ainda, destacar que para atingir o objectivo da presente pesquisa, foram elaborados três cenários.

¹² Ver anexo

Os três cenários contemplaram aspectos do modelo de Alves, referente ao processo decisório ético de um indivíduo (reconhecimento, intenção, comportamento, gravidade e punição) e do modelo de Cressey, referentes aos factores que motivam um indivíduo a cometer uma fraude (oportunidade, pressão e racionalização).

Abaixo está demonstrada a descrição da amostra, por cenário:

No cenário I, Valter, contabilista numa empresa que fabrica detergentes cumpre as ordens da directoria ao contabilizar os custos de produção dos tais detergentes em valores mais altos do que os realmente apurados. Desta forma o lucro é diminuído e o valor tributado, também.

- Reconhecimento da questão moral: Dos 25 inquiridos, 14 (60%) concordaram com a afirmação de que o cenário I continha um problema moral. Destes 9 (36%) concordaram totalmente.

- Julgamento do acto: Dos respondentes 1 (4%) concorda totalmente, 6 (24%), concordam parcialmente, 18 (72%) discordam parcialmente e 25 (72%) discordam totalmente.

- Gravidade do acto: Dos inquiridos 12 (48%) classificaram o acto como muito grave, 11 (44%), grave, 2 (8%) com uma gravidade média.

- Oportunidade: Na questão 8, há uma oportunidade para o Valter cometer o acto – não ser descoberto pela auditoria da empresa visto que o controle interno desta é fraco. Foi questionado se, com esta oportunidade, os inquiridos concordariam ou não com a atitude do Valter. De entre 25 inquiridos 1 (4%) concordou totalmente, 21 (84%) discordaram, sendo 17 (68%) destes, discordaram totalmente de tal acção.

- Pressão: Na questão 9, existe um tipo de pressão para Valter para cometer o acto – seu chefe pressionou-o a praticar o acto e se não o fizer será demitido. Foi questionado se, com esta pressão, os respondentes concordariam ou não com a atitude do Valter. Não houve ninguém que concordasse totalmente com a atitude do Valter, embora 7 (21%) concordassem parcialmente e 17 (68%) discordassem. Neste caso os que discordaram totalmente baixou para 10 (40%).

- Racionalização: Na questão 10 existe um tipo de racionalização, dada por Valter para justificar seu comportamento – os seus superiores praticam actos bem piores. Constate-se que somente 2 (8%) respondentes concordaram e 21 (88%) discordaram sendo a maioria destes 16 (64%) discordaram totalmente.

- Punição: quando é informado aos inquiridos que Valter pode sofrer algum tipo de punição por ter cometido tal acto, houve um único que concordou, sendo 23 (92%) discordaram, destes 16 (64%) discordaram totalmente.

- Intenção em agir: quando é afirmado aos entrevistados que dependendo do motivo, eles poderiam agir da mesma forma, somente 2 (8%) concordaram e 21 (84%) representando a maioria discordaram totalmente.

No cenário II, Orlando, aceita a proposta de se tornar director financeiro de uma empresa de “fachada”, criada para justificar gastos e desviar dinheiro público.

- Reconhecimento da questão moral: Dos 25 inquiridos, 14 (56%) concordaram com a afirmação de que o cenário II continha um problema moral. Destes 12 (48%) concordaram totalmente.

- Julgamento do acto: Dos respondentes, somente 3 (12%) concordaram parcialmente e 22 (88%) discordaram totalmente do tal acto.

- Gravidade do acto: Dos inquiridos 21 (84%) consideraram o acto como muito grave, 2 (8%), grave, 2 (8%) com uma gravidade média.

- Oportunidade: Na questão 16, há uma oportunidade para o Orlando cometer o acto – não ser descoberto pelos órgãos fiscalizadores do governo. Foi questionado se, com esta oportunidade, os inquiridos concordariam ou não com a atitude do Orlando. De entre 25 inquiridos 2 (8%) concordaram, 22 (88%) discordaram, sendo 20 (80%) destes, discordaram totalmente de tal acção.

- Pressão: Na questão 17, existe um tipo de pressão para o Orlando para cometer o acto – pressão familiar, visto que este dinheiro permitirá operar seu único filho, cuja cirurgia é de alta complexidade. Foi questionado se, com esta pressão, os inquiridos concordariam ou não com a atitude do Orlando. O número de respondentes que concordaram com tal acto subiu para 12 (48%) e os que discordaram baixou, evidentemente, para 13 (52%).

- Racionalização: Na questão existe um tipo de racionalização, dada por Orlando para justificar seu comportamento – estar sendo roubado pelo governo, em função dos altos impostos que paga e do pouco que recebe em troca. Constatou-se que somente 5 (20%) respondentes concordaram e 20 (72%) discordaram sendo a maioria destes 16 (64%) discordaram totalmente.

- Punição: quando é informado aos inquiridos que Orlando pode sofrer algum tipo de punição por ter cometido tal acto, houve um único que concordou totalmente, sendo 23 (92%) discordaram, destes 19 (76%) discordaram totalmente.

- Intenção em agir: quando é afirmado aos entrevistados que dependendo do motivo, eles poderiam agir da mesma forma que o Orlando, um único concordou, 6 (24%) concordaram parcialmente e os restantes 18 (72%) discordaram.

No cenário III, Maria, contabilista de uma empreiteira que faz estradas, aceita a proposta de dois amigos do seu trabalho, responsável pela percentagem de cimento a ser incluído nas obras. A proposta consiste em diminuir, em 1%, o percentual de cimento a ser embutido nas obras. O ganho referente a este 1% será dividido, igualmente pela Maria e seus dois amigos.

- Reconhecimento da questão moral: Dos 25 inquiridos, 13 (52%) concordaram com a afirmação de que o cenário II continha um problema moral. Destes 11 (44%) concordaram totalmente.

- Julgamento do acto: Dos respondentes, a maioria discordou da conduta da Maria, ou seja, 24 (96%). Não houve nenhum que concordasse.

- Gravidade do acto: Dos inquiridos 12 (48%) consideraram o acto como muito grave, 9 (36%) grave e 4 (16%) com uma gravidade média.

- Oportunidade: Na questão 24, há uma oportunidade para a Maria cometer o acto – não ser descoberto empresa. Foi questionado se, com esta oportunidade, os inquiridos concordariam ou não com a atitude da Maria. De entre 25 inquiridos a maioria 22 (88%) discordaram de tal acto, sendo 18 (72%) discordaram totalmente.

- Pressão: Na questão 25, existe um tipo de pressão para a Maria cometer o acto – Seu chefe a pressionou para tomar essa atitude, visto que, ele também recebe uma quantia, e se não o fizer será demitida. O número de respondentes que concordaram com tal acto foi de 5 (20%) e os que discordaram 18 (72%).

- Racionalização: Na questão existe um tipo de racionalização, dada pela Maria para justificar seu comportamento – não conseguir uma promoção em seu trabalho. Constatou-se que somente 5 (20%) respondentes concordaram e 20 (72%) discordaram sendo a maioria destes 18 (72%) discordaram totalmente.

- Punição: quando é informado aos inquiridos que Maria pode sofrer algum tipo de punição por ter cometido tal acto, houve um único que concordou totalmente, sendo 23 (92%) discordaram, destes 18 (72%) discordaram totalmente.

- Intenção em agir: quando é afirmado aos entrevistados que dependendo do motivo, eles poderiam agir da mesma forma que a Maria, 7 (28%) concordaram e os restantes 17 (68%) discordaram.

Resumidamente pode-se constatar que a maioria dos inquiridos percebeu que havia uma questão moral envolvida nas situações descritas em ambos os cenários. Verificou-se também que a maioria dos pesquisados discordou dos actos dos agentes e, ainda os classificou como grave ou muito grave. No entanto a discordância em relação aos actos dos agentes, em todos os cenários, diminui quanto foi colocado algum tipo de pressão para o indivíduo praticar o acto fraudulento.

Após a análise descritiva dos dados, desenvolveu-se a análise estatística dos dados, que está abordada a seguir.

3.2. Análise estatística dos dados¹³

Na análise estatística dos dados, a fim de testar as hipóteses estabelecidas neste trabalho, foi utilizado o teste não paramétrico de Spearman, cujo objectivo consiste em observar se existe correlação entre as variáveis.

¹³ Ver no anexo dados da análise estatística

Cada variável independente, género, idade, posição no mercado de trabalho, nível de escolaridade, (factores individuais), reconhecimento da questão moral, julgamento do acto, gravidade (modelo de Alves), oportunidade, pressão, racionalização (Triângulo da Fraude) foram correlacionadas com a variável dependente intenção do profissional de contabilidade em agir.

Encontra-se em seguida, a análise dos resultados, para cada objectivo formulado na presente pesquisa.

Objectivo1: Aferir se os factores individuais (idade, género, posição no mercado de trabalho e nível de escolaridade) influenciam o posicionamento ético dos contabilistas em relação às fraudes.

Objectivo1.1: Aferir se a idade influencia o posicionamento ético dos contabilistas em relação às fraudes.

No cenário I, a variável idade, possui alguma significância¹⁴ em relação a intenção de agir do contabilista (0,22). A correlação¹⁵ é um pouco fraca (0,45).

Nos cenários II e III, a variável idade apresenta alta significância (0,020) quando relacionada com a intenção de agir do profissional, logo a correlação é forte (0,550).

Objectivo1.2: Aferir se o género influencia o posicionamento ético dos contabilistas em relação a fraude.

Em ambos os cenários a relação entre a variável género e a intenção de agir do contabilista não é significativa. Em relação a correlação esta é muito fraca.

Objectivo1.3: Aferir se a posição no mercado de trabalho influencia o posicionamento ético dos contabilistas em relação a fraude.

¹⁴ O nível de significância ou “p – value” é a probabilidade de obter-se resultados fora da região de possibilidades de conclusão. Se o “p – value” é pequeno (< 0,5), a correlação é significativa e as duas variáveis são linearmente dependentes ou relacionadas e vice-versa. (PEREIRA, 2006).

¹⁵ A correlação mede a relação entre variáveis (para variáveis quantitativas) ou a ordem dessas variáveis (para variáveis ordinais). Os coeficientes podem variar entre -1 (uma associação negativa perfeita) e +1 (uma associação positiva perfeita). O valor 0 (zero) indica a inexistência de relação linear entre as variáveis. (PEREIRA, 2006).

A posição no mercado de trabalho apresenta alguma significância apenas no primeiro cenário. A correlação, entre essas variáveis apresenta-se fraca e positiva (0,172), em todos os cenários.

Objectivo 1.4: Aferir se o nível de escolaridade influencia o posicionamento ético dos contabilistas em relação às fraudes.

O nível de escolaridade não possui significância em relação a intenção de agir (em todos os cenários). Em todos os cenários a correlação é fraca, e, no primeiro além de fraca é negativa.

O objectivo (1) supracitado está directamente relacionado com a hipótese (1) “Os factores individuais influenciam o posicionamento ético dos contabilistas em relação às fraudes”.

Depois de efectuar o teste de Spearman pode-se constatar que somente a variável idade (dos factores individuais) influencia o posicionamento ético dos contabilistas. A significância ($0,020 < 0,5$) é alta, logo aceita esta hipótese. Pode-se concluir que, de acordo com os dados, há uma certa tendência dos mais velhos apresentarem um comportamento mais ético que os mais novos. De acordo com a literatura, a idade é um factor influente.

No que diz respeito as outras variáveis individuais (género, posição no mercado de trabalho e nível de escolaridade) o nível de significância é baixa, quase que não existe, logo rejeita-se essas variáveis. De acordo com a literatura estas variáveis podem ou não influenciar o modo de agir de um indivíduo.

Mas, de acordo conforme a tabela de frequência, os do sexo masculino tendem a ter um comportamento mais ético que os do sexo feminino, de uma forma muito ligeira. De ressaltar que esta tendência não é significativa.

A posição no mercado não interfere, de uma forma significativa, no posicionamento ético do indivíduo, apesar de notar que a maior percentagem dos que concordaram com a atitude dos agentes dos cenários situa nos contabilistas do sector privado isto por causa da pressão (receio de perder o emprego).

Objectivo 2: Aferir se os vértices do triângulo da fraude influenciam o posicionamento ético dos indivíduos.

Objectivo2.1: Aferir se a oportunidade influencia o posicionamento ético dos indivíduos em relação às fraudes.

A variável oportunidade, nos três cenários, I, II, III, apresentou alta significância, em relação à intenção de agir ($I = 0,003$; $II = 0,000$; $III = 0,001$). A correlação entre as variáveis é forte e positiva ($I = 0,579$; $II=0,713$; $III=0,609$).

Objectivo 2.2: Aferir se a pressão influencia o posicionamento ético dos contabilistas em relação às fraudes.

Nos três cenários, I, II, III, a variável pressão, apresentou uma alta significância em relação à variável intenção de agir (I e $II = 0,000$; $III = 0,002$). A correlação demonstrou-se forte em todos os cenários, além de positiva ($I = 0,686$; $II = 0,82$; $III= 0,599$).

Objectivo2.3: Aferir se a racionalização influencia o posicionamento ético dos indivíduos em relação às fraudes.

A racionalização nos três cenários demonstra uma significância alta ($I = 0,016$; II e $III = 0,001$). A correlação apresenta-se fraca e positiva ($I = 0,478$; $II = 0,608$; $III = 0,643$).

O objectivo 2 está intimamente relacionado com a hipótese “Os vértices do triângulo da fraude influenciam o posicionamento ético dos contabilistas em relação às fraudes”

Os resultados desta pesquisa demonstram que os vértices do modelo de Cressey apresentaram alta significância ($p < 0,5$) em todos os cenários. Confirma-se a hipótese 2. Está de acordo com a literatura.

Objectivo3: Aferir se a punição influencia o posicionamento ético dos contabilistas em relação às fraudes.

Nos três cenários I, II, III, a variável punição apresentou uma alta significância em relação à variável intenção de agir ($I = 0,004$; II e $III = 0,000$).

A correlação demonstrou-se forte e positiva em todos os cenários (I = 0,555; II = 0,801; III = 0,661).

Este objectivo está relacionado com a hipótese 3 “A punição influencia o posicionamento ético dos contabilistas em relação às fraudes”.

A punição apresentou alta significância em relação a intenção de agir do contabilista. É um factor muito influente, de acordo teoria. Confirma-se esta hipótese. De acordo com as pesquisas evidenciadas no enquadramento teorico a punição é um factor determinante no modo de agir de um indivíduo.

4. Conclusão e recomendações

Neste capítulo são apresentadas as principais conclusões que decorrem desta pesquisa, bem como as limitações que devem ser observadas para uma adequada análise dos resultados alcançados. Sugestões para pesquisas futuras encerram este estudo.

4.1. Conclusão

O presente trabalho teve como temas Ética e Fraude, e o seu objectivo geral consistiu em verificar a conduta ética dos profissionais de contabilidade ao depararem com algumas fraudes possíveis de ocorrer no exercício de suas actividades profissionais.

Inicialmente elaborou-se uma revisão da literatura. No enquadramento teórico, de entre os assuntos elucidados, foram abordados diferentes Modelos de tomada de decisão ética, além dos diversos factores individuais e situacionais, que tem a possibilidade de influenciar a tomada de decisão de um indivíduo. Apresentou, também, o modelo de Cressey denominado Triângulo da fraude, desenvolvido pelo criminalista Donald Cressey.

De entre os modelos de tomada de decisão, optou-se por adoptar o modelo de Alves, visto que, focaliza a tomada de decisão ética dos profissionais de contabilidade, objecto de estudo deste trabalho. Este modelo apresenta variáveis que, segundo Alves podem influenciar o processo decisório de um indivíduo. Do mesmo modo adoptou-se o modelo de Cressey. Este modelo apresenta as variáveis, que na opinião de Cressey, motivam um indivíduo a cometer uma fraude.

Para alcançar o objectivo deste trabalho foram formuladas e testadas algumas hipóteses de pesquisa. As variáveis contidas nestas hipóteses foram retiradas dos dois modelos supracitados (Alves e Cressey).

As variáveis independentes referem-se aos:

- Factores individuais: Idade, Género, Posição no mercado de trabalho e Nível de escolaridade.

-Outros factores do processo decisório ético de um indivíduo: Reconhecimento da questão moral, Julgamento do acto, Gravidade e Punição.

-Modelo de Cressey -Vértices do triângulo da fraude: Oportunidade, Pressão e Racionalização.

Ressalta-se que a variável Intenção de agir foi considerada como variável dependente deste estudo.

As hipóteses, elaboradas na pesquisa, foram operadas em três cenários que contemplaram tipos de fraudes diferentes.

Após a recolha dos dados, obtidos através do questionário de pesquisa, esses foram compilados e tratados por meio de um software de estatística denominado SPSS. Em seguida elaborou-se a análise dos dados. Os resultados demonstram que:

-Uma das três variáveis que constituem a hipótese1, relacionada aos factores individuais, influenciou a intenção de agir dos contabilistas em todos os cenários. Esta variável é a idade. Desta forma ela foi a única aceite.

- Observou-se também que as variáveis que compõem o Modelo de Cressey, Hipótese 2, exerceram influência sobre a intenção de agir do contabilista em todos os cenários. Assim foram aceitas todas as variáveis referentes a hipótese 2 (oportunidade, pressão, racionalidade).

- Ainda pode afirmar que a punição influenciou a intenção de agir do contabilista. Também esta hipótese foi aceite.

Outra constatação relevante refere-se a influência da variável pressão nos três cenários apresentados nesta pesquisa. A pressão informada nos cenários I e II tem a ver com a demissão. No cenário III já é uma pressão familiar. Este resultado sugere que alguns dos contabilistas da amostra pesquisada temem perder os seus empregos, passando a concordar com actos antiéticos, quando se vê diante da ameaça da demissão. Em relação a pressão familiar, os entrevistados tendem a sobrepor o lado emocional em relação ao racional.

Pode-se verificar também que a maioria dos contabilistas, da amostra pesquisada reconhece a questão moral inserida em cada cenário e, ainda, informam que não

concordam com o acto dos agentes de cada cenário além de classifica-los como graves ou muito graves.

No entanto observou-se que esses profissionais tendem a possuir um posicionamento, mais voltado para a ética teleológica, visto que a intenção de agir é influenciada por alguns factores como a racionalização, a oportunidade e principalmente a pressão. Deste modo eles consideram a influência de tal acto para depois concordaram ou não com os agentes de cada cenário.

4.2. Recomendações

Os resultados encontrados, juntamente com os avanços das denúncias de casos de fraudes envolvendo profissionais de contabilidade, sugerem uma maior preocupação da área académica em relação ao processo de tomada de decisão destes profissionais visto que poucos são os estudos na área da contabilidade, em Cabo Verde, que abranjem a ética como tema.

Desta forma afim de ampliar as pesquisas referentes ao tema em questão, são recomendados os seguintes estudos:

- Analisar a conduta ética dos estudantes de contabilidade em relação às fraudes.
- Analisar se os contabilistas do sector público possuem uma conduta mais ética do que os do sector privado, em relação as fraudes.
- Analisar se os factores situacionais influenciam o posicionamento ético dos contabilistas.
- Avaliar a percepção dos estudantes de contabilidade face ao código de ética profissional do contabilista.
- Avaliar a atitude das empresas face a ética.

Por fim vale ressaltar que como as fraudes possuem efeitos destruidores, para a sociedade em geral, torna-se importante que os pesquisadores, professores e profissionais da área da contabilidade contribuam para reverter esse avanço de fraudes. É importante re-

lembrar que “Sem a Ética a sociedade não se estrutura de forma permanente; e uma profissão também não”.(LISBOA,2007)

Referências Bibliográficas

Livros

Collis, J. & Hussey, R. (2005). *Pesquisa em Administração*. Porto Alegre: Bookmann

Costa, C.B. & Alves, G. (2001). *Contabilidade financeira*. Lisboa: 4ª Edição. Rei dos livros.

Donnelly et. al. (2000). *Princípios de gestão empresarial*. Portugal: 10ª Edição. McGrawHill,

Du Brin, A. J. (2003). *Fundamentos do comportamento organizacional*. 2ª Edição

Eco, U. (1997). *Como se faz uma tese em ciências humanas*. Lisboa: Presença.

Ferrel, L.; Fraedrich, J.P. & Ferrel, O.C. (2005). *Ética empresarial: dilemas, tomadas de decisão e casos*. S.Paulo : 1ª Edição, Reichmann e Autores.

Lisboa, L.P. (2007). *Ética geral e profissional em contabilidade*. São Paulo: 2ª Edição Atlas

Mercier, S. (1999). *A ética nas empresas*. Lisboa: Afrontamento

Michaelis. (2007). *Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. Editora Fragmentos. Disponível em: [http:// www.michaelis.uol.com.br](http://www.michaelis.uol.com.br). Acesso em 03/04/10.

Pereira, A. (2006). *SPSS Guia Prático de Utilização - Análise de dados para ciências sociais e psicologia*. Lisboa: 6ª Edição, Sílabo

Quivy, R. & Campenhout, L.V. (1992). *Manual de investigação em ciências sociais*.

Rego, A. et.al. (1997). *Gestão ética e socialmente Responsável*. Lisboa: 1ª Edição, Rh

Renaud, M. et.al. (1997). *A ética nas empresas Portuguesas*. Lisboa.

Reis, E. (2005). *Estatística Descritiva*. Lisboa: 6ª Edição. Sílabo

Srour, R. H. (2007). *Ética Empresarial*. Rio de Janeiro: Campus

Revistas

LEITE, Giselle Pereira. Breves reflexões sobre Ética. (2008) Disponível em <http://www.ambitojuridico.com.br>. Acesso em 02/06/10

MARTINS, Lino – O triângulo de Donald Cressey. Revista de Contabilidade (2008). Disponível em <http://linomartins.wordpress.com>.

OLIVEIRA, Carlos Barbosa – A Evolução do Conceito de Ética – Revista Dirigir. N.º 98 p.28-31, Abr./Mai./Jun.2007. Lisboa. ISSN: 0871-7354. Disponível em: <http://www.iefp.pt/iefp/publicacoes/Dirigir/> Acesso em: 12/03/10.

:http://www.iefp.pt/iefp/publicacoes/Dirigir/Documents/Dirigir%202007/DIRIGIR_98.

SOUSA, Miguel Lopes de – Desenvolvimento moral na adolescência (2006). Disponível em <http://psicologia.com.pt>

SILVA, Tânia Moura; SPERONI, Valdemar – Os princípios éticos e a ética profissional. Revista Brasileira da Contabilidade. Ano 27, n.º 113, p.77-79, Set./Out. 1998. Brasília. Disponível em <http://www.classecontabil.com.br>. Acesso em 13/05/10.

SILVA, António C. Ribeiro – Metodologia da Pesquisa Aplicada a Contabilidade. 2ª Edição. São Paulo (2003).

Teses

ALVES, Francisco José dos Santos. Adesão do Contabilista ao código de ética da sua profissão: um estudo empírico sobre percepções. Tese de Doutoramento – Universidade de S. Paulo. Disponível em <http://www.usp.com.br>. Acesso em: 12/04/10.

Documentos oficiais

_____. Decreto Lei n.º 37/IV792, de 28 de Janeiro de 1992. Código do processo tributário. Ministério das Finanças. I Edição.

ANEXOS

1. Dados referentes a análise descritiva

Idade

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	20-30	9	36,0	36,0	36,0
	30-40	12	48,0	48,0	84,0
	40-50	4	16,0	16,0	100,0
	Total	25	100,0	100,0	

PosicMercTrab

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Autônomo	2	8,0	8,0	8,0
	Sector privado	18	72,0	72,0	80,0
	Sector público	3	12,0	12,0	92,0
	Dono de uma empresa de contabilidade	2	8,0	8,0	100,0
	Total	25	100,0	100,0	

Gênero

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Feminino	12	48,0	48,0	48,0
	Masculino	13	52,0	52,0	100,0
	Total	25	100,0	100,0	

Nível Acadêmico

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Bacharel	4	16,0	16,0	16,0
	Licenciado	16	64,0	64,0	80,0
	Mestrado	2	8,0	8,0	88,0
	Pós graduado	3	12,0	12,0	100,0
	Total	25	100,0	100,0	

Questão Moral – CENÁRIO I

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concordo totalmente	9	36,0	36,0	36,0
	Concordo parcialmente	6	24,0	24,0	60,0
	Discordo parcialmente	4	16,0	16,0	76,0
	Discordo totalmente	6	24,0	24,0	100,0
	Total	25	100,0	100,0	

Conduta – CENÁRIO I

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concordo parcialmente	1	4,0	4,0	4,0
	Discordo parcialmente	6	24,0	24,0	28,0
	Discordo totalmente	18	72,0	72,0	100,0
	Total	25	100,0	100,0	

Gravidade – CENÁRIO I

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muito grave	12	48,0	48,0	48,0
	grave	11	44,0	44,0	92,0
	Média	2	8,0	8,0	100,0
	Total	25	100,0	100,0	

Oportunidade – CENÁRIO I

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concordo parcialmente	1	4,0	4,0	4,0
	indiferente	3	12,0	12,0	16,0
	Discordo parcialmente	4	16,0	16,0	32,0
	Discordo totalmente	17	68,0	68,0	100,0
	Total	25	100,0	100,0	

Pressão – CENÁRIO I

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concordo parcialmente	7	28,0	28,0	28,0
	indiferente	1	4,0	4,0	32,0
	Discordo parcialmente	7	28,0	28,0	60,0
	Discordo totalmente	10	40,0	40,0	100,0
	Total	25	100,0	100,0	

Racionalização CENÁRIO I

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	concordo totalmente	1	4,0	4,0	4,0
	Concordo parcialmente	1	4,0	4,0	8,0
	indiferente	1	4,0	4,0	12,0
	Discordo parcialmente	6	24,0	24,0	36,0
	Discordo totalmente	16	64,0	64,0	100,0
	Total	25	100,0	100,0	

Punição – CENÁRIO I

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concordo parcialmente	1	4,0	4,0	4,0
	Indiferente	1	4,0	4,0	8,0
	Discordo parcialmente	2	8,0	8,0	16,0
	Discordo totalmente	21	84,0	84,0	100,0
	Total	25	100,0	100,0	

Intenção – CENÁRIO I

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concordo parcialmente	6	24,0	24,0	24,0
	Discordo parcialmente	5	20,0	20,0	44,0
	Discordo totalmente	14	56,0	56,0	100,0
	Total	25	100,0	100,0	

Questão Moral – CENÁRIO II

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concordo totalmente	12	48,0	48,0	48,0
	Concordo parcialmente	2	8,0	8,0	56,0
	Discordo totalmente	11	44,0	44,0	100,0
	Total	25	100,0	100,0	

Conduta – CENÁRIO II

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Discordo parcialmente	3	12,0	12,0	12,0
	Discordo totalmente	22	88,0	88,0	100,0
	Total	25	100,0	100,0	

Gravidade – CENÁRIO II

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muito grave	21	84,0	84,0	84,0
	Grave	2	8,0	8,0	92,0
	Média	2	8,0	8,0	100,0
	Total	25	100,0	100,0	

Oportunidade – CENÁRIO II

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concordo parcialmente	2	8,0	8,0	8,0
	Indiferente	1	4,0	4,0	12,0
	Discordo parcialmente	2	8,0	8,0	20,0
	Discordo totalmente	20	80,0	80,0	100,0
	Total	25	100,0	100,0	

Pressão – CENÁRIO II

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concordo totalmente	5	20,0	20,0	20,0
	Concordo parcialmente	5	20,0	20,0	40,0
	Indiferente	2	8,0	8,0	48,0
	Discordo parcialmente	2	8,0	8,0	56,0
	Discordo totalmente	11	44,0	44,0	100,0
	Total	25	100,0	100,0	

Racionalização – CENÁRIO II

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concordo totalmente	1	4,0	4,0	4,0
	Concordo parcialmente	4	16,0	16,0	20,0
	Indiferente	2	8,0	8,0	28,0
	Discordo parcialmente	2	8,0	8,0	36,0
	Discordo totalmente	16	64,0	64,0	100,0
	Total	25	100,0	100,0	

Punição – CENÁRIO II

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concordo totalmente	1	4,0	4,0	4,0
	Concordo parcialmente	1	4,0	4,0	8,0
	Discordo totalmente	4	16,0	16,0	24,0
	Discordo parcialmente	19	76,0	76,0	100,0
	Total	25	100,0	100,0	

Intenção – CENÁRIO II

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concordo totalmente	1	4,0	4,0	4,0
	Concordo parcialmente	6	24,0	24,0	28,0
	Discordo parcialmente	1	4,0	4,0	32,0
	Discordo totalmente	17	68,0	68,0	100,0
	Total	25	100,0	100,0	

Questão Moral – CENÁRIO III

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concordo totalmente	11	44,0	44,0	44,0
	Concordo parcialmente	2	8,0	8,0	52,0
	Discordo parcialmente	1	4,0	4,0	56,0
	Discordo totalmente	11	44,0	44,0	100,0
	Total	25	100,0	100,0	

Conduta – CENÁRIO III

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Indiferente	1	4,0	4,0	4,0
	Discordo parcialmente	5	20,0	20,0	24,0
	Discordo totalmente	19	76,0	76,0	100,0
	Total	25	100,0	100,0	

Gravidade – CENÁRIO III

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Muito grave	12	48,0	48,0	48,0
	Grave	9	36,0	36,0	84,0
	Média	4	16,0	16,0	100,0
	Total	25	100,0	100,0	

Oportunidade – CENÁRIO III

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concordo parcialmente	1	4,0	4,0	4,0
	Indiferente	2	8,0	8,0	12,0
	Discordo parcialmente	4	16,0	16,0	28,0
	Discordo totalmente	18	72,0	72,0	100,0
	Total	25	100,0	100,0	

Pressão – CENÁRIO III

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concordo parcialmente	5	20,0	20,0	20,0
	Indiferente	2	8,0	8,0	28,0
	Discordo parcialmente	6	24,0	24,0	52,0
	Discordo totalmente	12	48,0	48,0	100,0
	Total	25	100,0	100,0	

Racionalização – CENÁRIO III

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concordo parcialmente	5	20,0	20,0	20,0
	Discordo parcialmente	2	8,0	8,0	28,0
	Discordo totalmente	18	72,0	72,0	100,0
	Total	25	100,0	100,0	

Punição – CENÁRIO III

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concordo totalmente	1	4,0	4,0	4,0
	Indiferente	1	4,0	4,0	8,0
	Discordo parcialmente	5	20,0	20,0	28,0
	Discordo totalmente	18	72,0	72,0	100,0
	Total	25	100,0	100,0	

Intenção – CENÁRIO III

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Concordo totalmente	2	8,0	8,0	8,0
	Concordo parcialmente	5	20,0	20,0	28,0
	Indiferente	1	4,0	4,0	32,0
	Discordo parcialmente	1	4,0	4,0	36,0
	Discordo totalmente	16	64,0	64,0	100,0
	Total	25	100,0	100,0	

2. Dados da análise estatística

A interacção entre os factores individuais (variável independente) e a intenção de agir (variável dependente)

IDADE * INTENÇÃO

CENÁRIO I			Intenção			Total
			Concordo parcialmente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente	
Idade	20-30	Count	4	2	3	9
		% of Total	16,0%	8,0%	12,0%	36,0%
	30-40	Count	2	3	7	12
		% of Total	8,0%	12,0%	28,0%	48,0%
	40-50	Count	0	0	4	4
		% of Total	0,0%	0,0%	16,0%	16,0%
Total	Count	6	5	14	25	
	% of Total	24,0%	20,0%	56,0%	100,0%	

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Ordinal by Ordinal	Spearman Correlation	0,455	0,157	2,449	0,022
N of Valid Cases		25			

CENÁRIO II			Intenção				Total
			Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente	
Idade	20-30	Count	1	4	1	3	9
		% of Total	4,0%	16,0%	4,0%	12,0%	36,0%
	30-40	Count	0	2	0	10	12
		% of Total	0,0%	8,0%	0,0%	40,0%	48,0%
	40-50	Count	0	0	0	4	4
		% Of Total	0,0%	0,0%	0,0%	16,0%	16,0%
Total		Count	1	6	1	17	25
		% of Total	4,0%	24,0%	4,0%	68,0%	100,0%

	Value	Asymp. Std. Error ^a	Approx. T	Approx. Sig.
Ordinal by Ordinal Spearman Correlation	0,550	0,137	3,159	0,004
N of Valid Cases	25			

CENÁRIO III			Intenção					Total
			Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Indiferente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente	
Idade	20-30	Count	1	3	1	1	3	9
		% of Total	4,0%	12,0%	4,0%	4,0%	12,0%	36,0%
	30-40	Count	1	2	0	0	9	12
		% of Total	4,0%	8,0%	0,0%	0,0%	36,0%	48,0%
	40-50	Count	0	0	0	0	4	4
		% of Total	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	16,0%	16,0%
Total		Count	2	5	1	1	16	25
		% of Total	8,0%	20,0%	4,0%	4,0%	64,0%	100,0%

	Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Ordinal by Ordinal Spearman Correlation	0,461	0,150	2,492	0,020
N of Valid Cases	25			

GÉNERO * INTENÇÃO

			Intenção					Total
CENÁRIO I			Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Indiferente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente	
Gênero	Feminino	Count	0	3	1	1	7	12
		% of Total	0,0%	12,0%	4,0%	4,0%	28,0%	48,0%
	Masculino	Count	2	2	0	0	9	13
		% of Total	8,0%	8,0%	0,0%	0,0%	36,0%	52,0%
Total		Count	2	5	1	1	16	25
		% of Total	8,0%	20,0%	4,0%	4,0%	64,0%	100,0 %

	Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Ordinal by Ordinal Spearman Correlation	0,019	0,204	0,093	0,926
N of Valid Cases	25			

CENÁRIO II			Intenção				Total
			Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente	
Gênero	Feminino	Count	0	4	1	7	12
		% of Total	0,0%	16,0%	4,0%	28,0%	48,0%
	Masculino	Count	1	2	0	10	13
		% of Total	4,0%	8,0%	0,0%	40,0%	52,0%
Total		Count	1	6	1	17	25
		% of Total	4,0%	24,0%	4,0%	68,0%	100,0%

	Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Ordinal by Ordinal Spearman Correlation	0,149	0,201	0,722	0,477
N of Valid Cases	25			

CENÁRIO III			Intenção					Total
			Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Indiferente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente	
Gênero	Feminino	Count	0	3	1	1	7	12
		% of Total	0,0%	12,0%	4,0%	4,0%	28,0%	48,0%
	Masculino	Count	2	2	0	0	9	13
		% of Total	8,0%	8,0%	,0%	,0%	36,0%	52,0%
Total		Count	2	5	1	1	16	25
		% of Total	8,0%	20,0%	4,0%	4,0%	64,0%	100,0%

	Value	Asymp. Std. Error	Approx.	Approx. Sig.
Ordinal by Ordinal Spearman Correlation	0,019	0,204	0,093	0,926
N of Valid Cases	25			

Posição Mercado Trabalho * Intenção

CENÁRIO I		Intenção			Total
		Concordo parcialmente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente	
PosicMercTrab	Autónomo	Count	0	0	1
		% of Total	0,0%	0,0%	4,0%
	Sector privado	Count	5	4	7
		% of Total	20,0%	16,0%	28,0%
	Sector público	Count	1	1	1
		% of Total	4,0%	4,0%	12,0%
	Dono de uma empresa de contabilidade	Count	0	0	2
		% of Total	0,0%	0,0%	8,0%
	Outros	Count	0	0	3
		% of Total	0,0%	0,0%	12,0%
Total		Count	6	5	14
		% of Total	24,0%	20,0%	56,0%

	Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Ordinal by Ordinal Spearman Correlation	0,249	0,178	1,231	0,231
N of Valid Cases	25			

CENÁRIO II			Intenção				Total
			Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente	
PosicMercTrab	Autônomo	Count	0	0	0	1	1
		% of Total	0,0%	0,0%	0,0%	4,0%	4,0%
	Sector privado	Count	1	4	1	10	16
		% of Total	4,0%	16,0%	4,0%	40,0%	64,0%
	Sector público	Count	0	2	0	1	3
		% of Total	0,0%	8,0%	0,0%	4,0%	12,0%
	Dono de uma empresa de contabilidade	Count	0	0	0	2	2
		% of Total	0,0%	0,0%	0,0%	8,0%	8,0%
	Outros	Count	0	0	0	3	3
		% of Total	0,0%	0,0%	0,0%	12,0%	12,0%
	Total	Count	1	6	1	17	25
		% of Total	4,0%	24,0%	4,0%	68,0%	100,0%

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Ordinal by Ordinal	Spearman Correlation	0,123	0,169	0,595	0,558
N of Valid Cases		25			

CENÁRIO O III			Intenção					Total
			Concordo totalmente	Concordo parcialmente	Indiferente	Discordo parcialmente	Discordo totalmente	
PosicMer cTrab	Autónomo	Count	0	0	0	0	2	2
		% of Total	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	8,0%	8,0%
	Sector privado	Count	2	4	0	1	11	18
		% of Total	8,0%	16,0%	0,0%	4,0%	44,0%	72,0%
	Sector publico	Count	0	1	1	0	1	3
		% of Total	0,0%	4,0%	4,0%	0,0%	4,0%	12,0%
	Dono de uma empresa de contabilidade	Count	0	0	0	0	2	2
		% of Total	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	8,0%	8,0%
	Total	Count	2	5	1	1	16	25
		% of Total	8,0%	20,0%	4,0%	4,0%	64,0%	100,0%

		Value	Asymp. Std. Error	Approx. T	Approx. Sig.
Ordinal by Ordinal	Spearman Correlation	-0,071	0,171	-0,341	0,736
N of Valid Cases		25			

Interacção das variáveis independentes (oportunidade, pressão e racionalização) com a variável dependente intenção de agir.

OPORTUNIDADE * INTENÇÃO

CENÁRIO I			Intenção
Spearman's rho	Oportunidade	Correlation Coefficient	0,569
		Sig. (2-tailed)	0,003
		N	25

CENÁRIO II			Intenção
Spearman's rho	Oportunidade	Correlation Coefficient	0,713
		Sig. (2-tailed)	0,000
		N	25
CENÁRIO III			Intenção
Spearman's rho	Oportunidade	Correlation Coefficient	0,495
		Sig. (2-tailed)	0,012
		N	25

PRESSÃO* INTENÇÃO

CENÁRIO II			Intenção
Spearman's rho	Pressão	Correlation Coefficient	0,821
		Sig. (2-tailed)	0,000
		N	25
CENÁRIO I			Intenção
Spearman's rho	Pressão	Correlation Coefficient	0,686
		Sig. (2-tailed)	0,000
		N	25

CENÁRIO III			Intenção
Spearman's rho	Pressão	Correlation Coefficient	0,455
		Sig. (2-tailed)	0,022
		N	25

RACIONALIZAÇÃO * INTENÇÃO

CENÁRIO I			Intenção
Spearman's rho	Racionalização	Correlation Coefficient	0,478
		Sig. (2-tailed)	0,016
		N	25
CENÁRIO II			Intenção
Spearman's rho	Racionalização	Correlation Coefficient	0,608
		Sig. (2-tailed)	0,001
		N	25
CENÁRIO II			Intenção
Spearman's rho	Racionalização	Correlation Coefficient	0,528
		Sig. (2-tailed)	0,007
		N	25

Interacção entre a variável independente punição e a dependente intenção de agir.

PUNIÇÃO * INTENÇÃO

CENÁRIO I			Intenção
Spearman's rho	Punição	Correlation Coefficient	0,554
		Sig. (2-tailed)	0,004
		N	25

CENÁRIO II			Intenção
Spearman's rho	Punição	Correlation Coefficient	0,801
		Sig. (2-tailed)	0,000
		N	25

CENÁRIO III			Intenção
Spearman's rho	Punição	Correlation Coefficient	0,544
		Sig. (2-tailed)	0,005
		N	25

3. Questionário da Pesquisa.

Prezado contabilista,

Sou aluna do 9º semestre do curso Contabilidade no Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais – Pólo do Mindelo. Com objectivo de concluir o meu curso, devo efectuar esta pesquisa. Neste âmbito, agradecia respeitosamente à sua colaboração, respondendo a este questionário.

No referido questionário, não serão identificados os inquiridos. As respostas às questões serão tratadas com carácter confidencial e utilizadas exclusivamente com o propósito da pesquisa. Não existem respostas certas ou erradas, pelo que deve responder com a máxima sinceridade.

Relevo que as informações recolhidas por esta pesquisa serão somente estudadas por mim, sob a orientação da Dra. Maria Fernanda Vieira, Docente no Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresarias, Pólo do Mindelo. Apenas teremos acesso às respostas dos inquiridos.

Cordialmente,

Joana Lima Duarte Lopes.

Parte I – Perfil socioeconómico.

Assinale a opção que melhor corresponde ao seu perfil:

1. Idade: _____ anos.

2. Género: () Feminino () Masculino.

3. Assinale a opção que indica a sua posição no mercado de trabalho (marque mais de uma opção, se necessário):

() Reformado () Autónomo () Sector privado () Sector publico.

() Dono de uma empresa de contabilidade () Desempregado

() Outros-----

4. Nível académico

() Bacharel () Licenciado () Mestrado

() Pós Graduado () Doutorado () Outros

Parte II – Cenários:

Leia os cenários e responda às questões a seguir. Recorda-se que não se considera as respostas certas ou erradas.

Cenário A:

Valter trabalha como contabilista numa empresa que fabrica detergentes. Devido à queda do preço das matérias-primas utilizadas na fabricação desses detergentes, os custos de produção diminuíram de forma significativa. A Administração, entretanto, exigiu que ele continuasse contabilizando os gastos como se os preços das matérias não tivessem sofrido nenhuma alteração. Deste modo, os gastos contabilizados seriam superior aos realmente apurados. Consequentemente, o lucro da empresa seria diminuído e o valor a ser tributado, também. Cumprir a ordem da administração em aumentar artificialmente o valor dos custos da produção, contabilizados pela empresa.

5 - Esta é uma questão moral.

(5) Concordo totalmente ()	(4) Concordo parcialmente ()	(3) Indiferente ()	(2) Discordo parcialmente ()	(1) Discordo totalmente ()
------------------------------------	-------------------------------------	------------------------	-------------------------------------	-----------------------------------

6 – A conduta do Valter é correcta.

(5) Concordo totalmente ()	(4) Concordo parcialmente ()	(3) Indiferente ()	(2) Discordo parcialmente ()	(1) Discordo totalmente ()
--------------------------------------	---------------------------------------	--------------------------	---------------------------------------	-------------------------------------

7- Qual a gravidade do acto do Valter?

(5) Muito grave ()	(4) Grave ()	(3) Média ()	(2) Pouco grave ()	(1) Sem gravidade ()
------------------------------	--------------------	--------------------	-----------------------------	-------------------------------

8 – Concordaria com a conduta do Valter se soubesse que esse acto não seria descoberto pela auditoria da empresa, uma vez que o controle interno da mesma é fraco?

(5) Concordo totalmente ()	(4) Concordo parcialmente ()	(3) Indiferente ()	(2) Discordo parcialmente ()	(1) Discordo totalmente ()
--------------------------------------	---------------------------------------	--------------------------	---------------------------------------	-------------------------------------

9 – Concordaria com a conduta do Valter se soubesse que ele estava a ser pressionado, pelo presidente do conselho de administração da empresa, e se não o fizer, será demitido?

(5) Concordo totalmente ()	(4) Concordo parcialmente ()	(3) Indiferente ()	(2) Discordo parcialmente ()	(1) Discordo totalmente ()
--------------------------------------	---------------------------------------	--------------------------	---------------------------------------	-------------------------------------

10 – Concordaria com a conduta do Valter se soubesse que os seus superiores também eram prevaricadores.

(5) Concordo totalmente ()	(4) Concordo parcialmente ()	(3) Indiferente ()	(2) Discordo parcialmente ()	(1) Discordo totalmente ()
--------------------------------------	---------------------------------------	--------------------------	---------------------------------------	-------------------------------------

11 - Concordaria com a conduta do Valter se soubesse que o seu acto poderia ter, como punição, multa e pena de prisão de meses ou anos?

(5) Concordo totalmente ()	(4) Concordo parcialmente ()	(3) Indiferente ()	(2) Discordo parcialmente ()	(1) Discordo totalmente ()
--------------------------------------	---------------------------------------	--------------------------	---------------------------------------	-------------------------------------

12 - Dependendo do motivo, agiria da mesma forma que o Valter.

(5) Concordo Totalmente ()	(4) Concordo parcialmente ()	(3) Indiferente ()	(2) Discordo parcialmente ()	(1) Discordo totalmente ()
--------------------------------------	---------------------------------------	--------------------------	---------------------------------------	-------------------------------------

criada para justificar gastos e desviar dinheiro público. Orlando aceitou o convite.

13 – Esta é uma questão moral.

(5) Concordo totalmente ()	(4) Concordo parcialmente ()	(3) Indiferente ()	(2) Discordo parcialmente ()	(1) Discordo totalmente ()
--------------------------------------	---------------------------------------	--------------------------	---------------------------------------	-------------------------------------

14 – A conduta do Orlando é correcta.

(5) Concordo totalmente ()	(4) Concordo parcialmente ()	(3) Indiferente ()	(2) Discordo parcialmente ()	(1) Discordo totalmente ()
--------------------------------------	---------------------------------------	--------------------------	---------------------------------------	-------------------------------------

15 – Qual a gravidade do acto do Orlando?

(5) Muito grave ()	(4) Grave ()	(3) Média ()	(2) Pouco grave ()	(1) Sem gravidade ()
------------------------------	--------------------	--------------------	-----------------------------	-------------------------------

16 – Concordaria com a conduta do Orlando, caso soubesse que esse acto não seria descoberto pelos órgãos fiscalizadores do governo?

(5) Concordo totalmente ()	(4) Concordo parcialmente ()	(3) Indiferente ()	(2) Discordo parcialmente ()	(1) Discordo totalmente ()
--------------------------------------	---------------------------------------	--------------------------	---------------------------------------	-------------------------------------

17 – Concordaria com a conduta do Orlando, sabendo que aceitar este cargo poderá ser a única forma de adquirir o dinheiro que permitirá operar o seu único filho, cuja cirurgia é de alta complexidade, além de ter custos muito elevados?

(5) Concordo totalmente ()	(4) Concordo parcialmente ()	(3) Indiferente ()	(2) Discordo parcialmente ()	(1) Discordo totalmente ()
--------------------------------------	---------------------------------------	--------------------------	---------------------------------------	-------------------------------------

18 – Concordaria com o Orlando, caso ele acreditasse que estava a ser prejudicado injustamente pelas políticas fiscais do governo em função dos altos impostos que paga e de poucas vantagens que recebe em troca?

(5) Concordo totalmente ()	(4) Concordo parcialmente ()	(3) Indiferente ()	(2) Discordo parcialmente ()	(1) Discordo totalmente ()
--------------------------------------	---------------------------------------	--------------------------	---------------------------------------	-------------------------------------

19 - Concordaria com a conduta do Orlando, se ele soubesse que o seu acto poderia ter como punição multa e pena de prisão de meses ou anos?

(5) Concordo totalmente ()	(4) Concordo parcialmente ()	(3) Indiferente ()	(2) Discordo parcialmente ()	(1) Discordo totalmente ()
-------------------------------------	---------------------------------------	--------------------------	---------------------------------------	-------------------------------------

20 - Dependendo do motivo, agiria da mesma forma que o Orlando.

(5) Concordo totalmente ()	(4) Concordo parcialmente ()	(3) Indiferente ()	(2) Discordo parcialmente ()	(1) Discordo totalmente ()
--------------------------------------	---------------------------------------	--------------------------	---------------------------------------	-------------------------------------

Cenário C:

A Maria é contabilista numa empresa de construção de estradas. A percentagem de cimento utilizado para a construção da estrada é de 4%. O João e o Manuel, dois funcionários da empresa, e amigos de confiança da Maria, são os responsáveis pela percentagem de cimento a ser incluído nas obras. Esses dois funcionários foram conversar com a Maria, pois, estão pensando em colocar apenas 3% de cimento o que segundo os mesmos, não prejudicaria as estradas. Assim, o valor correspondente aos restantes 1% seria repartido pelos três. A Maria está muito desanimada no trabalho, porque apesar de trabalhar de forma eficiente, nunca recebeu uma promoção. Ela aceita a proposta.

21 – Esta é uma questão moral.

(5) Concordo totalmente ()	(4) Concordo parcialmente ()	(3) Indiferente ()	(2) Discordo parcialmente ()	(1) Discordo totalmente ()
--------------------------------------	---------------------------------------	--------------------------	---------------------------------------	-------------------------------------

22 – A conduta de Maria é correcta.

(5) Concordo totalmente ()	(4) Concordo parcialmente ()	(3) Indiferente ()	(2) Discordo parcialmente ()	(1) Discordo totalmente ()
--------------------------------------	---------------------------------------	--------------------------	---------------------------------------	-------------------------------------

23 – Qual a gravidade do acto de Maria?

(5) Muito grave ()	(4) Grave ()	(3) Média ()	(2) Pouco grave ()	(1) Sem gravidade ()
------------------------------	--------------------	--------------------	-----------------------------	-------------------------------

24– Concordarias com a conduta de Maria se soubesse que esse acto não será descoberto pela empresa?

(5) Concordo totalmente ()	(4) Concordo parcialmente ()	(3) Indiferente ()	(2) Discordo parcialmente ()	(1) Discordo totalmente ()
--------------------------------------	---------------------------------------	--------------------------	---------------------------------------	-------------------------------------

25– Concordarias com a conduta da Maria sabendo que ela está a ser pressionado pelo seu superior, uma vez que ele também recebe uma quantia , e se não o fizer será demitida?

(5) Concordo totalmente ()	(4) Concordo parcialmente ()	(3) Indiferente ()	(2) Discordo parcialmente ()	(1) Discordo totalmente ()
--------------------------------------	---------------------------------------	--------------------------	---------------------------------------	-------------------------------------

26 – Concordaria com a Maria caso soubesse que ela só agiu dessa forma por não conseguir uma desejada promoção?

(5) Concordo totalmente ()	(4) Concordo parcialmente ()	(3) Indiferente ()	(2) Discordo parcialmente ()	(1) Discordo totalmente ()
-------------------------------------	---------------------------------------	--------------------------	---------------------------------------	-------------------------------------

27 - Concordaria com a conduta do Maria se soubesse que o seu acto pode ter como punição multa e pena de prisão de meses ou anos?

(5) Concordo totalmente ()	(4) Concordo parcialmente ()	(3) Indiferente ()	(2) Discordo parcialmente ()	(1) Discordo totalmente ()
--------------------------------------	---------------------------------------	--------------------------	---------------------------------------	-------------------------------------

28 - Dependendo do motivo, poderia agir da mesma forma que a Maria.

(5) Concordo totalmente ()	(4) Concordo parcialmente ()	(3) Indiferente ()	(2) Discordo parcialmente ()	(1) Discordo totalmente ()
--------------------------------------	---------------------------------------	--------------------------	---------------------------------------	-------------------------------------

Agradeço a sua colaboração.